

Nações Unidas

Comissão para o Desenvolvimento Social

Relatório da 45ª sessão

(22 de março de 2006 e 7-16 de fevereiro de 2007)

Conselho Econômico e Social

Registros Oficiais, 2007
Suplemento N° 6

Comissão para o Desenvolvimento Social

Relatório da 45ª sessão

(22 de março de 2006 e 7-6 de fevereiro de 2007)

Nações Unidas • Nova York, 2007

E/2007/26/E/CN.5/2007/8

Observação

Os símbolos nos documentos das Nações Unidas são compostos de letras maiúsculas e números.

ISSN.0251.964X

Resumo

Em sua 45ª sessão realizada em 22 de março de 2006 e no período de 7 a 16 de fevereiro de 2007, a Comissão para o Desenvolvimento Social discutiu sobre o ciclo de análise sobre o tema prioritário “Promoção do pleno emprego e trabalho digno para todos”, assim como a análise dos principais planos e programas de ação das Nações Unidas relativos à situação de grupos sociais.

Sobre o tema de prioridade, a Comissão ouviu o discurso de abertura de Les Kettledas, diretor-geral adjunto do Departamento do Trabalho da África do Sul, e realizou três painéis de discussão sobre o tema de prioridade: política macroeconômica para o pleno emprego e o trabalho digno; mobilidade no trabalho, juventude e família; além de boas práticas para a promoção de emprego e trabalho digno. O resumo do presidente sobre as discussões do tema prioritário encontra-se no anexo I deste relatório.

A Comissão adotou a resolução intitulada “Dimensões Sociais da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África”, de acordo com a qual o Conselho Econômico e Social recomenda que a Comissão continue a destacar e despertar a conscientização sobre as dimensões sociais da Nova Parceria durante sua 46ª sessão.

Com relação à sua análise dos planos e programas de ação relativos à situação de grupos sociais, a Comissão adotou resolução sobre as modalidades da primeira análise e avaliação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, 2002. Para lançar o primeiro ciclo da análise de cinco anos do Plano de Madri, o painel de discussão foi organizado para levar à Comissão especialistas com conhecimento profundo dos principais desafios e avanços na área do envelhecimento, a partir da realização da Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento. O resumo do presidente sobre o painel de discussão encontra-se no Anexo II deste relatório. A Comissão também ouviu uma apresentação do Secretário Geral sobre a próxima publicação do Relatório Mundial da Juventude de 2007.

A Comissão recomendou ao Conselho Econômico e Social a adoção da resolução sobre a juventude. A Comissão recomendou ainda, por meio do Conselho, a adoção de uma resolução, pela Assembleia Geral, sobre suplemento ao Programa de Ação Mundial para a Juventude até o ano 2000 e Além.

A Comissão abordou o tema “emprego juvenil: impactos, desafios e oportunidades de desenvolvimento social” atrelado ao seu item de questões emergentes. O resumo do presidente sobre as discussões, o qual se encontra no anexo III deste relatório, enfatiza a relevância do emprego juvenil para o desenvolvimento social através de sua contribuição à redução da pobreza, à integração social, ao diálogo intergeracional, à cidadania e à solidariedade.

A Comissão abordou também o assunto do programa de trabalho proposto para o biênio 2008-2009 e ouviu o pronunciamento do diretor do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas e de seu relator especial para deficiência

Índice

<i>Capítulo</i>	<i>Página</i>
I. Assuntos que requerem ação do Conselho Econômico e Social ou levados à sua atenção	1
A. Proposta de resolução a ser recomendada pelo Conselho para adoção da Assembleia Geral	1
B. Proposta de resolução para adoção do Conselho	12
C. Proposta de decisão para adoção do Conselho	15
D. Decisão pedindo ação ao Conselho	16
E. Resoluções e decisões levadas à atenção do Conselho	17
II. Acompanhamento da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e da 24ª sessão especial da Assembleia Geral	22
A. Tema de prioridade: promoção do pleno emprego e trabalho digno para todos	23
B. Análise dos principais planos e programas das Nações Unidas sobre ações relativas à situação de grupos sociais	25
C. Questões emergentes: “emprego juvenil: impactos, desafios e oportunidades para o desenvolvimento social”	27
III. Questões e outros assuntos do programa	28
A. Desempenho e implementação do programa para o biênio 2004-2005	28
B. Programa de trabalho proposto para o biênio 2008-2009	28
C. Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social ..	28
IV. Pauta provisória para a 46ª sessão da Comissão	29
V. Adoção de relatório da Comissão sobre sua 45ª sessão	30
VI. Organização da sessão	31
A. Abertura e duração da sessão	31
B. Presença	31
C. Eleição de diretores	31
D. Agenda e organização dos trabalhos	31

E.	Documentação	32
<i>Anexos</i>		
I.	Resumo do presidente sobre as discussões do tema prioritário “Promoção do pleno emprego e trabalho digno para todos”	33
II.	Resumo do presidente sobre o painel de discussão da implementação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento: Destaques dos avanços obtidos.....	38
III.	Resumo do presidente sobre o painel de discussão da pauta do item 3 (c), “Emprego juvenil: impactos, desafios e oportunidades para o desenvolvimento social”	39
IV.	Lista dos documentos examinados pela Comissão em sua 45ª sessão	40

Capítulo I

Assuntos que requerem ação do Conselho Econômico e Social ou levados à sua atenção

A. Proposta de resolução a ser recomendada pelo Conselho para adoção da Assembleia Geral

1. A Comissão para o Desenvolvimento Social recomenda ao Conselho Econômico e Social a adoção da seguinte Proposta de resolução:

Suplemento ao Programa de Ação Mundial para a Juventude até o ano 2000 e Além*

O Conselho Econômico e Social

Recomenda à Assembleia Geral a adoção da seguinte Proposta de resolução:

“A Assembleia Geral,

“Evocando sua resolução 60/2 de 6 de outubro de 2005, intitulada “Políticas e programas para a juventude”, na qual solicita à Comissão para o Desenvolvimento Social, em sua 45ª sessão, a preparação das cinco áreas prioritárias adicionais para a implementação do Programa de Ação Mundial para a Juventude até o ano 2000 e Além¹ e faz recomendações à Assembleia Geral para a elaboração de um suplemento ao Programa de Ação Mundial, a ser adotado em sua 62ª sessão, levando em consideração outras questões emergentes de importância especial para a juventude,

“Decide adotar o suplemento ao Programa de Ação Mundial para a Juventude anexo à presente resolução.

“Anexo

“Suplemento ao Programa de Ação Mundial para a Juventude”

A. Globalização

“1. A globalização abriu novas oportunidades para o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento da economia mundial. A globalização também permitiu aos países compartilhar experiências e aprender com as conquistas e dificuldades mútuas, além de promover a fertilização cruzada de ideias, valores culturais e aspirações. A globalização ajudou assim a conectar os jovens não somente com o restante do mundo, mas também entre si.

“2. Ao mesmo tempo, os rápidos processos de mudança e ajustes da globalização foram acompanhados pela intensificação da pobreza, desemprego e desintegração social. Ameaças ao bem estar humano, tais como riscos ambientais, também foram globalizadas. Alguns países foram bem sucedidos quanto à adaptação às mudanças e beneficiaram-se da globalização, mas muitos outros, especialmente os países menos desenvolvidos, permaneceram à margem da economia mundial globalizada. Os benefícios são compartilhados de forma bastante desigual, assim como é desigual a distribuição dos custos. A globalização deveria ser plenamente inclusiva e equitativa. Existe uma forte necessidade de políticas e medidas apropriadas nacionais e internacionais para auxiliar os países em suas respostas aos desafios da globalização e implementar metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

* Para discussão, veja capítulo II, parágrafos 41-45.

¹ Resolução 50/81, anexo.

“3. Muitos jovens, especialmente nos países em desenvolvimento, permanecem à margem da economia global e carecem das capacidades de acesso às oportunidades oferecidas pela globalização. Muitos são restringidos pela educação inadequada, habilidades limitadas, desemprego e pobreza ou encontram-se fora do alcance da informação básica, comunicação e bens e serviços que ficaram disponíveis com a globalização.

“Propostas de ação

“Administração dos efeitos da globalização sobre a juventude

“4. A comunidade internacional deve continuar a apoiar os esforços dos governos, juntamente com a sociedade civil, organizações lideradas pela juventude, o setor privado e outras partes da sociedade, a fim de prevenir e compensar as consequências socioeconômicas negativas da globalização e maximizar seus benefícios para os jovens.

“5. Os governos devem assegurar que o acesso do jovem ao ensino técnico e secundário e à educação superior seja melhorado e que os programas curriculares sejam adaptados para satisfazer as necessidades de um mercado de trabalho em constante mudança associada à globalização. A transição entre o ensino e o trabalho também deve ser facilitada.

“6. Os governos devem promover condições para o provimento de oportunidades, trabalhos e serviços sociais para a juventude em seus países. Devem ser empreendidos esforços para garantir que os jovens migrantes usufruam de pleno respeito com relação aos direitos humanos, incluindo tratamento justo e equitativo além da proteção da lei, entre outras, contra a violência, exploração e discriminação como o racismo, etnocentrismo, xenofobia e intolerância cultural, e do acesso a oportunidades econômicas e serviços sociais, conforme necessário.

“Promoção do emprego juvenil e desenvolvimento de habilidades no contexto da globalização

“7. A fim de superar o descompasso entre as habilidades que o jovem possui e as demandas por especialização dos mercados de trabalho delineados pela globalização, os governos, com o apoio adequado da comunidade internacional, devem proporcionar subsídios e oportunidades para a educação – tanto formal quanto informal do jovem para que este adquira as habilidades exigidas, inclusive por meio de programas de desenvolvimento de capacitação.

“8. Ao mesmo tempo, os governos devem promover o acesso ao trabalho através de políticas integradas que possibilitem a criação de postos de trabalho novos e de qualidade para os jovens e a facilitação do acesso a esses trabalhos.

“Estabelecimento de formas de sistemas de monitoramento para rastrear os efeitos da globalização sobre a juventude

“9. Os governos devem avaliar em que medida os benefícios da globalização são acessíveis à juventude e criar e implementar programas que possibilitem ao jovem melhor aproveitamento dos benefícios da globalização.

“Tecnologias da informação e comunicação

“10. As tecnologias da informação e comunicação (TIC) e suas infraestruturas estão crescendo em importância como parte dos negócios do dia-a-dia e da interação. Esse processo pode ser aprimorado por meio do levantamento das barreiras que impedem o acesso universal à informação generalizada, equitativa e acessível e que dificultam os esforços para o fim da exclusão digital, em especial aquelas que impedem a conquista plena do desenvolvimento econômico, social e cultural dos países e o bem-estar social de seus cidadãos, notadamente os jovens, e em particular nos países em desenvolvimento. As TIC têm enorme potencial para expandir o acesso à educação de qualidade, impulsionar a alfabetização e o ensino fundamental universal, facilitando o processo de aprendizado em si e assim tecendo os alicerces para o estabelecimento de

uma sociedade da informação plenamente inclusiva e orientada para o desenvolvimento e uma economia do conhecimento que respeita a diversidade cultural e linguística.

“11. O jovem tem interesses e habilidades especiais com relação à tecnologia moderna. As TIC podem empoderar os jovens fornecendo a eles oportunidades de superar as barreiras da distância e da desvantagem socioeconômica. Através da internet, por exemplo, os jovens podem ter acesso à informação em uma abrangência de assuntos que os afetam diretamente, inclusive saúde, educação e emprego. Essa informação pode ser usada para melhorar a qualidade de vida dos jovens e suas comunidades. Esse processo pode ser facilitado se os governos, a sociedade civil e o setor privado, juntamente com as famílias, as organizações lideradas pela juventude e outros grupos trabalharem juntos na abertura de avenidas de intercâmbios sociais e culturais entre os jovens. Os governos podem também beneficiar-se do interesse dos jovens nas TIC para reduzir a pobreza. Por exemplo, o jovem pode se aliar não somente ao uso das TIC, mas também ao desenvolvimento e engenharia de softwares e hardwares de importância local.

“12. As TIC oferecem novas formas de abordar as necessidades do jovem com deficiência e sem possibilidade de acesso às fontes tradicionais de informações e emprego. Os grupos vulneráveis da população podem beneficiar-se das TIC para melhor se conectar com a sociedade e promover oportunidades para sua educação e emprego.

“Propostas de ação

“Tornar a tecnologia da informação e comunicação disponível a todos os jovens

“13. Os governos, apoiados pela comunidade internacional, conforme a necessidade, devem facilitar o acesso às TIC para todos os jovens, inclusive aqueles localizados em áreas de difícil acesso, como áreas rurais e comunidades indígenas. Os governos devem avaliar as diferenças de acesso existentes entre a juventude urbana e rural e entre as mulheres e homens jovens e desenvolver estratégias nacionais para superar a ‘exclusão digital’ em seus países e assim reduzir a porcentagem de jovens que não têm acesso às TIC.

“14. Os governos devem desenvolver políticas internas para assegurar que as TIC sejam total e adequadamente integradas à educação e capacitação em todos os níveis, inclusive no desenvolvimento de programas curriculares, treinamento do professor e no gerenciamento e administração institucional, assim como no apoio ao conceito de educação contínua”.

“15. Os governos, com o apoio da comunidade internacional, devem promover e incentivar os sistemas locais de conhecimento e o conteúdo de mídia e comunicações produzido localmente, apoiar o desenvolvimento de uma extensa gama de programas no idioma local com base em TIC, conforme adequado, com conteúdo significativo para grupos diferentes de jovens, notadamente mulheres jovens, além de capacitar o desenvolvimento das TIC por meninas e mulheres.

“Prover capacitação para facilitar o uso das tecnologias da informação e comunicação

“16. Os governos, em colaboração com importantes atores da sociedade da informação, devem assegurar que os jovens desenvolvam conhecimento e habilidades no uso das TIC de forma correta, incluindo a capacidade de analisar e tratar a informação de forma criativa e inovadora, compartilhando suas especialidades e participando plenamente da sociedade da informação. Devem ser empreendidos esforços para fornecer cursos especiais de capacitação para jovens estudantes e não estudantes para torná-los conhecedores das TIC e tornar fácil para eles o uso dessas tecnologias.

“Proteger o jovem dos aspectos nocivos das tecnologias da informação e comunicação

“17. Os governos devem reforçar as ações de proteção aos jovens contra o abuso e defender seus direitos com relação ao uso das TIC. Nesse contexto, os melhores interesses do jovem estão em primeiro lugar. Os governos devem promover o comportamento responsável e a conscientização dos possíveis riscos para o jovem, oriundos dos aspectos nocivos das TIC com a finalidade de proteger a si mesmo de possíveis exploração e danos.

“18. Os governos, em cooperação com os principais atores da sociedade da informação, devem reforçar as ações de proteção a crianças e adolescentes contra o abuso e o impacto nocivo das TIC, em especial, oriundos de crimes cibernéticos cometidos através do computador, a exemplo da pornografia infantil.

“Promover o uso das tecnologias da informação e comunicação por pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis

“19. Os governos devem facilitar o desenvolvimento da capacidade das TIC por jovens, inclusive jovens indígenas, jovens com deficiência e jovens localizados em comunidades rurais e remotas.

“20. Os governos devem iniciar o desenvolvimento e uso de acordos legais e técnicos especiais para tornar as TIC acessíveis a todos os jovens, inclusive os jovens indígenas, jovens com deficiências e jovens localizados em comunidades rurais e remotas.

“Empoderar os jovens como principais colaboradores na edificação de uma sociedade da informação inclusiva

“21. Os governos devem, de forma ativa, engajar a juventude em programas de desenvolvimento inovadores com base nas TIC, expandindo as oportunidades de envolvimento da juventude em processos de estratégia eletrônica, de forma a incentivar os jovens a assumir papéis de liderança. O papel do jovem na criação, reparação, gerenciamento e manutenção das TIC deve também ser reconhecido e incentivado.

“22. Considerando que a alfabetização e os talentos matemáticos são pré-condições para o acesso e uso eficiente das TIC, os governos devem promover oportunidades por meio de canais formais e informais para que os jovens adquiram o conhecimento certo.

“23. As TIC devem também ser usadas para aprimorar a educação, o emprego e a participação do jovem no processo de tomada de decisão. As TIC devem ser usadas para melhorar a qualidade da educação e melhor preparar o jovem para as demandas da sociedade da informação.

HIV/Aids:

“24. A epidemia do HIV/Aids é cada vez mais um problema da juventude, notadamente em partes do mundo em desenvolvimento. Os governos observaram com séria preocupação o fato de que novas infecções do HIV estão significativamente concentradas entre os jovens e que existe falta de informação disponível para ajudá-los a entender sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, para ajudá-los a se proteger da infecção do HIV e doenças sexualmente transmissíveis e evitar a gravidez indesejada.

“25. Os jovens, sobretudo jovens mulheres africanas, enfrentam risco notadamente alto de infecção por HIV. Jovens e mulheres são caracteristicamente vulneráveis à infecção devido à sua falta de poder econômico e social e por não poder decidir livremente e de forma responsável sobre os assuntos relacionados com sua sexualidade e assim aumentar sua capacidade de proteger a si mesmos de infecções do HIV. Eles frequentemente não dispõem das ferramentas e informações requeridas para evitar infecções e lidar com a Aids. Em 2006, mulheres e meninas somaram 57% de todas as pessoas infectadas com o HIV na África Subsaariana, onde impressionantes 76% dos jovens (entre 15 a 24 anos) com HIV são do sexo feminino.

“26. Embora muitas crianças órfãs em consequência da Aids ainda não entraram na faixa etária juvenil, elas correm grande risco de tornarem-se jovens com sérias vulnerabilidades. Elas estão sujeitas a subnutrição, doenças, abusos, exploração sexual e trabalho infantil, e esses fatores aumentam sua vulnerabilidade à infecção pelo HIV. Elas também sofrem do estigma e discriminação frequentemente associados ao HIV/Aids e podem lhes ser negado o acesso à escola, ao trabalho, à moradia e outras necessidades básicas.

“27. É imprescindível que os jovens continuem a ter acesso ao conhecimento voltado para a juventude sobre o HIV baseado em provas e fatos para que possam evitar comportamentos de alto risco. Em algumas regiões, os jovens, notadamente meninas, têm papel primordial no cuidado de pacientes portadores de HIV/Aids ou seus órfãos. Para assegurar que essas jovens cuidadoras permaneçam na escola, construam suas habilidades e tenham chance de gerar renda, os governos devem fornecer subsídio financeiro e social às famílias que dependem dessas cuidadoras assim como subsidiar a melhoria da assistência comunitária e familiar.

“28. Porque o jovem geralmente não tem poder de decisão nem recursos financeiros, ele pode ser o último a receber tratamento em caso de infecção. Os programas devem aumentar a escala de provisão de tratamentos como parte do fomento aos mais altos padrões de saúde possíveis.

“29. É fundamental que os governos implementem plenamente os termos da Declaração de Compromisso sobre o HIV/Aids,² adotada pela Assembleia Geral em sua 26a sessão especial em 2001 e alcancem as metas e objetivos internacionalmente acordados, inclusive os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, notadamente a meta para interromper e iniciar a reversão da expansão do HIV/Aids até 2015. Além disso, os governos devem implementar os compromissos que tratam do HIV/Aids, selados em todas as principais conferências e cúpulas das Nações Unidas, inclusive na Cúpula Mundial de 2005 e na reunião de alto nível da Assembleia Geral sobre o HIV/Aids de 2 de junho de 2006,³ na qual os Estados-membros comprometeram-se a ampliar os esforços em direção às metas de acesso universal para programas abrangentes de prevenção, tratamento, atendimento e subsídios até 2010 e para a meta de alcançar acesso universal para a saúde reprodutiva até 2015, conforme estabelecido na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento⁴.

“Propostas de ação

“Ampliar a conscientização dos jovens sobre a prevenção, tratamento e atendimento do HIV/Aids

“30. Os governos devem assegurar que a prevenção à infecção por HIV seja o alicerce das respostas locais, nacionais e internacionais à pandemia, e devem portanto comprometer-se a intensificar os esforços para garantir que uma vasta gama de programas de prevenção, os quais considerem as circunstâncias locais e os valores éticos e culturais, estejam disponíveis em todos os países, em particular naqueles mais afetados, inclusive nos quesitos de: informação, educação e comunicação, nos idiomas mais compreendidos pelas comunidades e com respeito às suas culturas, objetivando a redução de comportamentos de risco, incentivando o comportamento sexual responsável, inclusive abstinência e fidelidade; acesso expandido a produtos essenciais, inclusive preservativos para o homem e a mulher, seringas esterilizadas; esforços de redução de danos relativos ao uso de drogas; acesso expandido a aconselhamento e exames voluntários e confidenciais; estoque de sangue seguro; e tratamento precoce e eficiente de infecções sexualmente transmissíveis.

“31. Os governos devem comprometer-se com abordagens às crescentes taxas de infecção por HIV entre os jovens, assegurando que as gerações futuras possam se livrar dessa infecção através da implementação de estratégias de prevenção abrangentes e baseadas em provas, comportamento sexual responsável, inclusive com o uso de preservativos, conhecimento voltado para o jovem sobre o HIV baseado em provas e fatos, intervenções de mídia de massa e provimento de serviços de saúde voltados para a juventude.

“32. Os governos devem fornecer acesso aos mais altos padrões possíveis e acessíveis de serviços de saúde voltados para a juventude a fim de aumentar a capacidade do jovem de proteger a si próprio do risco de infecção por HIV, principalmente por meio do provimento de assistência médica e serviços de saúde, inclusive para a saúde sexual e reprodutiva, de acordo com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento,⁴ que integra a prevenção, tratamento e atendimento do HIV/Aids e inclui aconselhamento e testes voluntários e confidenciais envolvendo a juventude no planejamento, implementação e avaliação desses esforços.

² Resolução S-26/2, anexo.

³ Veja resolução 60/262, anexo.

⁴ Veja *Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*, Cairo, 5-13 de setembro de 1994, publicação das *Nações Unidas*, nº de venda. E.95.XIII.18), capítulo I, resolução 1, anexo.

“33. Os governos devem promover iniciativas visando a redução dos preços de remédios antirretrovirais, especialmente medicamentos de segunda linha, disponíveis ao jovem, inclusive iniciativas baseadas no voluntariado de grupos dos Estados-membros amparadas por mecanismos financeiros inovadores que contribuem com a mobilização de recursos para o desenvolvimento social, até aqueles que objetivam o provisão de maior acesso ao medicamento a preços acessíveis para os países em desenvolvimento de forma sustentável e previsível.

“34. Reconhecendo que o HIV/Aids cada vez mais afeta o jovem tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento, plenos esforços devem ser empreendidos, em total parceria com a população jovem, pais, familiares, educadores e prestadores de assistência à saúde, para assegurar que o jovem tenha acesso adequado à informação e educação, inclusive à educação por pares e educação específica sobre o HIV voltada para o jovem, além dos necessários serviços para desenvolvimento das aptidões para a vida requeridos para a redução da vulnerabilidade do jovem à infecção por HIV.

“35. Os governos devem envolver a juventude, inclusive o jovem portador do HIV/Aids, entre outras coisas, por meio de suas respectivas organizações de juventude e, conforme adequado, com o apoio de seus familiares, nas tomadas de decisão, planejamento, implementação e avaliação dos programas de prevenção e atendimento do HIV/Aids.

“36. Os governos devem assegurar que os programas de prevenção incluam aconselhamento para portadores do HIV a fim de garantir que tomem as devidas precauções para evitar a disseminação do vírus e ajudá-los a lidar com os efeitos de viver com o HIV/Aids.

“Apoio ao conhecimento universal do HIV/Aids, levando em consideração as desigualdades de gênero

“37. O tráfico de mulheres e meninas para a prostituição e escravidão sexual faz aumentar a vulnerabilidade delas à infecção por HIV/Aids e está ligado à expansão da feminização da pobreza, turismo sexual, fábricas clandestinas e outras consequências maléficas da globalização. Os governos devem conceber, fazer valer e reforçar medidas eficientes voltadas ao jovem para combater, eliminar e punir todas as formas de tráfico de mulheres e meninas, inclusive para exploração sexual e econômica, como parte de uma estratégia abrangente de combate ao tráfico, em amplos esforços para eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas.

“38. Os governos devem incluir informações adequadas sobre os efeitos do comportamento de alto risco, inclusive o uso de drogas intravenosas, sobre a transmissão da infecção por HIV nos programas curriculares das escolas e programas de capacitação informais.

“39. Os governos devem dar atenção especial aos aspectos de gênero e à vulnerabilidade desproporcional de meninas e jovens mulheres em todos os programas voltados à informação e prevenção do HIV/Aids entre os jovens.

“Legislação e instrumentos legais para proteção da vulnerabilidade do jovem

“40. Os governos devem assegurar a não discriminação e o usufruto pleno e igualitário de todos os direitos humanos através da promoção de uma política ativa e visível de desestigmatização de crianças órfãs e vulneráveis em decorrência do HIV/Aids.

“41. Os governos devem fortalecer as medidas legais, políticas, administrativas e outras, para promoção e proteção do pleno usufruto do jovem a todos os direitos humanos, proteção à sua dignidade e redução de sua vulnerabilidade ao HIV/Aids através da eliminação de todas as formas de discriminação, e de todos os tipos de exploração sexual de jovens meninas e

meninos, inclusive comercialmente, assim como todas as formas de violência contra mulheres e meninas, inclusive práticas costumeiras tradicionais nocivas, abuso, estupro e outras formas de violência sexual, espancamento e tráfico de mulheres e meninas.

“42. Os governos devem intensificar os esforços para promulgar, reforçar ou fazer valer, conforme apropriado, legislações, regulamentações e outras medidas, a fim de eliminar todas as formas de discriminação e assegurar o pleno usufruto de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais pelos jovens portadores do HIV, inclusive políticas que assegurem o acesso deles à educação, herança, emprego, assistência médica, serviços sociais e de saúde, prevenção, apoio e tratamento, informação e proteção legal, paralelamente ao respeito à privacidade e confidencialidade, desenvolvendo estratégias para o combate ao estigma e exclusão social vinculados a essa epidemia.

“Conflito armado

“43. Desenvolvimento, paz, segurança e direitos humanos estão interligados, e se reforçam mutuamente. A escalada da violência perpetrada contra civis, incluindo os jovens, nas últimas duas décadas, é extremamente preocupante. Os conflitos armados resultaram em assassinatos, deslocamento massivo de pessoas, inclusive jovens, e destruição de comunidades, impactando negativamente em seu desenvolvimento.

“44. Os jovens estão entre as principais vítimas dos conflitos armados. Crianças e jovens são assassinados ou mutilados, deixados órfãos, abduzidos, feitos reféns, desabrigados, privados de educação e assistência médica e deixados com cicatrizes emocionais profundas e traumas. Crianças recrutadas ilegalmente como crianças-soldados são frequentemente forçadas a cometer delitos graves. O conflito armado destrói o ambiente seguro proporcionado pela habitação, família, alimentação adequada, educação e emprego. Durante o conflito, os riscos à saúde entre os jovens aumenta, especialmente para mulheres jovens. Mulheres jovens e meninas correm mais riscos, notadamente o de violência e exploração sexuais.

“45. Durante o conflito, homens e mulheres jovens forçados a desempenhar papéis de ‘adultos’ perdem oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Quando o conflito termina, muitos jovens são obrigados fazer a transição para a fase adulta levando consigo intacto o trauma da guerra e ainda assim devem se adaptar rapidamente a novos papéis, frequentemente como pais ou cuidadores das vítimas da guerra. Sem serviços que os ajude a lidar com a situação, jovens e jovens adultos podem não conseguir se integrar à sociedade.

“Propostas de ação

“Proteção do jovem abaixo de 18 anos contra o envolvimento direto em conflitos armados

“46. Os governos devem assegurar que crianças se beneficiem desde cedo do conhecimento sobre valores, atitudes, formas de comportamento e modos de vida, a fim de capacitá-las a resolver conflitos de forma pacífica e dentro de um espírito de respeito à dignidade humana, com tolerância e sem discriminação. Os governos devem promover a cultura da paz, da tolerância e do diálogo, inseridos tanto na educação formal quanto na informal.

“47. Os governos devem considerar, como questão de prioridade, a ratificação e a efetiva implementação da Convenção sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação, de 1999 (Convenção No. 182), da Organização Internacional do Trabalho.

“48. Os governos devem tomar todas as medidas viáveis para assegurar que os membros de suas forças armadas abaixo de 18 anos não tomem parte nas hostilidades diretamente, e que aqueles abaixo de 18 anos não sejam recrutados compulsoriamente para suas forças armadas.

“49. Os governos devem tomar todas as medidas necessárias de acordo com o direito humanitário internacional e os direitos humanos, como questão de prioridade, para impedir o aliciamento e uso de crianças por grupos armados distintos das forças armadas do Estado, inclusive pela adoção de políticas que não tolerem o aliciamento e uso de crianças em conflitos armados, juntamente com medidas legais necessárias para proibir e criminalizar essas práticas.

“50. Os governos devem proteger os jovens em situações de conflito armado, em cenários pós-conflito, cenários de refugiados e de pessoas deslocadas internamente, onde estão em risco de violência e onde a capacidade deles de procurar e conseguir ajuda é frequentemente restrita, considerando que a paz está inextricavelmente ligada à igualdade entre mulheres e homens jovens e o desenvolvimento, que conflitos armados e de outros tipos, e o terrorismo e a tomada de reféns ainda persistem em muitas partes do mundo, que a agressão, a ocupação estrangeira e conflitos étnicos e de outros tipos formam uma realidade contínua, afetando jovens em quase todas as regiões, e que os jovens precisam ser protegidos.

“Disposições para a reintegração dos jovens ex-combatentes e proteção aos não combatentes

“51. Os governos devem prover oportunidades para todo jovem que tenha estado em combate ativo, voluntária ou forçadamente, e que busque desfazer a mobilização e contribuir com o desenvolvimento da sociedade para tanto. Nesse aspecto, os governos devem estabelecer programas que criem oportunidades para os jovens ex-combatentes de se munirem de novas ferramentas e treinamentos que lhes facilitem o emprego em alguma atividade econômica e conseqüentemente sua reintegração na sociedade, inclusive a reunificação da família.

“52. Os governos devem tomar todas as medidas necessárias para promover a recuperação física e psicológica e a reintegração social de crianças e jovens vítimas de conflitos armados, em particular por meio da restauração do acesso dessas crianças e jovens à assistência médica e educação, inclusive através de programas de “Educação para Todos”, assim como implementar estratégias eficientes de empregos para esses jovens, auxiliando-os através do provimento de uma vida digna e facilitando sua reintegração à sociedade.

“Promovendo o envolvimento ativo do jovem na manutenção da paz e segurança

“53. Os governos devem incentivar o envolvimento da juventude, quando apropriado, em atividades relativas à proteção de crianças e jovens afetados pelos conflitos armados, instituindo programas de reconciliação, consolidação e construção da paz.

“Questões intergeracionais

“54. Muitos aspectos da transição demográfica, do desenvolvimento econômico global e da globalização influenciaram as oportunidades para a troca de conhecimento, ideias e recursos intergeracionais. O aumento da expectativa de vida implica em que mais adultos possam viver mais e com isso compartilhar conhecimento e recursos com as gerações mais novas. Nos últimos tempos, a maior longevidade tem resultado em muitos idosos vivendo períodos longos e de alguma forma dependendo das gerações mais novas. Tendências da globalização e desenvolvimento têm, no entanto, resultado na separação dos jovens de suas famílias. Em muitos países em desenvolvimento e outros economicamente em transição, a população em envelhecimento é maior nas áreas rurais devido ao êxodo dos jovens adultos. Pessoas mais velhas podem ser

deixadas para trás sem o apoio tradicional familiar ou mesmo sem os recursos financeiros adequados. Enquanto pessoas mais velhas perdem oportunidades de receber apoio dos membros mais jovens da família, as mais novas também perdem oportunidades de beneficiarem-se do conhecimento e orientação dos familiares mais velhos.

“55. Na família e na comunidade, todos podem ganhar com as ligações intergeracionais. As escolhas individuais e familiares, a mobilidade geográfica e as pressões da vida moderna podem afastar as pessoas, e mesmo assim a grande maioria das pessoas em todas as culturas conserva as relações familiares por toda a vida. Esses relacionamentos trabalham em ambas as direções, com pessoas mais velhas geralmente perpetrando contribuições importantes financeiramente, emocionalmente e na educação e cuidado dos netos e outros parentes, contribuindo de forma incisiva para a estabilidade da unidade familiar.

“56. O enfraquecimento das ligações intergeracionais no contexto de sociedades em envelhecimento indica que várias necessidades de jovens, crianças e idosos, que poderiam ser amparadas por meio de relacionamentos familiares complexos e intrincados, cada vez mais não estão sendo atendidas e estão, ao contrário, tornando-se responsabilidade do Estado ou do setor privado.

“57. Cabe, portanto, aos governos e setores relevantes da sociedade desenvolver programas que renovem e restaurem a solidariedade intergeracional.

Quando a habilidade das comunidades para alcançar esses objetivos já está desgastada, os governos devem intervir para assegurar que as necessidades básicas de proteção sejam atendidas.

“Propostas de ação

“Fortalecimento das famílias

“58. Respeitando as preferências individuais de moradia, todos os setores da sociedade, inclusive os governos, devem desenvolver programas de fortalecimento das famílias e promover as relações intergeracionais.

“Empoderamento da mulher jovem

“59. Os governos devem promover uma maior participação da mulher jovem na força de trabalho, incluindo aquelas que vivem em áreas rurais e remotas, fornecendo e desenvolvendo as habilidades necessárias para que possam encontrar emprego, especialmente através de medidas que superem o estereótipo do masculino e feminino, promovendo modelos de papéis e facilitando uma melhor reconciliação do trabalho com a vida familiar.

“Fortalecimento da solidariedade intergeracional

“60. O governo e as empresas do setor privado devem beneficiar-se da oportunidade de usar a experiência e habilidade de trabalhadores mais velhos para treinar funcionários novos e mais jovens.

“61. Os governos devem promover a igualdade e solidariedade entre as gerações, oferecendo aos jovens participação plena e efetiva em programas para erradicação da pobreza, criação de empregos e integração social em suas sociedades.

“62. Todos os setores da sociedade devem incentivar o desenvolvimento da reciprocidade no aprendizado, dando às pessoas mais velhas oportunidades de aprender com as gerações mais novas.

“63. Quando formas tradicionais de apoio social estiverem reduzidas em razão de migrações, globalização e situações relacionadas, os governos devem trabalhar com as organizações não governamentais e com o setor privado para fornecer

assistência e apoio aos cuidadores mais velhos, especialmente aqueles que cuidam de órfãos do HIV/Aids, auxiliando-os no atendimento às necessidades de seus filhos e netos.

“64. Os governos devem tomar medidas para fortalecer a solidariedade entre as gerações e as parcerias intergeracionais promovendo atividades que apoiem a comunicação e a compreensão intergeracionais, devendo incentivar relacionamentos receptivos entre as gerações.

“65. A participação plena e efetiva dos jovens e organizações de juventude em níveis locais, nacionais, regionais e internacionais é importante para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para a promoção e implementação do Programa de Ação Mundial para a Juventude, para a avaliação do avanço conseguido e dos obstáculos encontrados durante a implementação, e para apoio às atividades de mecanismos que foram estabelecidas pelos jovens e organizações de juventude. Os governos devem incentivar a participação deles em ações e decisões e no fortalecimento de esforços para implementar o Programa de Ação Mundial, tendo em vista que meninas, meninos, jovens mulheres e homens jovens têm os mesmos direitos, mas diferentes necessidades e resistências, sendo eles agentes ativos nos processos de tomada de decisão e na mudança positiva e desenvolvimento da sociedade.”

B. Proposta de resolução para adoção do Conselho

2. A Comissão para o Desenvolvimento Social recomenda ao Conselho Econômico e Social a adoção da seguinte proposta de resolução:

Dimensões Sociais da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*

O Conselho Econômico e Social

Evocando a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social realizada em Copenhague no período de 6 a 12 de março de 1995,⁵ e a 24ª sessão especial da Assembleia Geral, intitulada “Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e Além: alcançando o desenvolvimento social para todos em um mundo globalizado”, realizada em Genebra entre 26 de junho a 1º de julho de 2000,

Reafirmando a Declaração do Milênio das Nações Unidas de 8 de setembro de 2000,⁶ a Declaração das Nações Unidas sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África⁷ de 16 de setembro de 2002, a resolução 57/7 da Assembleia Geral de 4 de novembro de 2002 sobre a análise final e avaliação da Nova Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento da África nos anos 1990, e o apoio da Assembleia à Nova Parceria para o Desenvolvimento da África,

Evocando as conclusões da Cúpula Extraordinária da União Africana sobre emprego e redução da pobreza realizada em Ouagadougou nos dias 8 e 9 de setembro de 2004,

Reconhecendo os compromissos assumidos para o atendimento às necessidades especiais da África na Cúpula Mundial de 2005,⁸

* Para discussão, veja capítulo II, parágrafos 5-8.

⁵ Relatório da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, Copenhague, 6-12 de março de 1995 (*publicação das Nações Unidas nº de venda E.96.IV.8*).

⁶ Resolução 55/2 da Assembleia Geral.

⁷ Resolução 57/2 da Assembleia Geral.

⁸ Resolução 60/1 da Assembleia Geral.

Com a constante preocupação de que a África é o único continente ainda fora do curso para a conquista dos objetivos constantes da Declaração do Milênio para 2015 e, nesse aspecto, enfatizando a necessidade de esforços concentrados e apoio contínuo no cumprimento dos compromissos para o tratamento das necessidades especiais da África,

Considerando o fato de que os países do continente africano têm principal responsabilidade pelo próprio desenvolvimento econômico e social, que o papel das políticas nacionais e estratégias de desenvolvimento é de suma importância e que seus esforços de desenvolvimento precisam ser apoiados por um ambiente econômico internacional capacitador, e nesse aspecto lembrando o apoio concedido pela Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento⁹ à Nova Parceria,

1. *Vê com satisfação* o avanço conseguido pelos países africanos no cumprimento de seus compromissos e implementação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África para o aprofundamento da democracia, dos direitos humanos, da boa governança e da administração econômica sólida, e encoraja os países africanos, com a participação das partes interessadas, juntamente com a sociedade civil e o setor privado, a intensificar seus esforços nesse sentido, por meio do desenvolvimento e fortalecimento de instituições de governança e criação de um ambiente propício à atração de investimentos estrangeiros diretos para o desenvolvimento da região;

2. *Também vê com satisfação* o avanço alcançado com a implementação do Mecanismo de Revisão por Pares, em especial a conclusão do processo de revisão por pares e o avanço na implementação das recomendações dessas análises em alguns países, além da conclusão do processo de autoavaliação, e por acolherem as missões de apoio, pelo lançamento do processo nacional preparatório para a revisão por pares em outros, e conclama os países africanos que ainda não o fizeram, a se juntarem à revisão por pares, como questão de prioridade, e assim fortalecer esse processo, garantindo seu desempenho eficaz;

3. *Ainda, vê com satisfação* os esforços empreendidos pelos países africanos e organizações regionais e sub-regionais, inclusive a União Africana, para integrar a perspectiva de gênero e o empoderamento da mulher para a implementação da Nova Parceria;

4. *Lembra* que a União Africana e as comunidades econômicas regionais exercem um papel fundamental na implementação da Nova Parceria, e nesse aspecto, incentiva os países africanos, com o apoio de seus parceiros de desenvolvimento, a aumentar seu apoio no intuito de ampliar as capacidades dessas instituições;

5. *Enfatiza* que o avanço na implementação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África também depende de um ambiente nacional e internacional favorável ao crescimento e desenvolvimento da África, juntamente com medidas que promovam um cenário político propício ao desenvolvimento do setor privado e do empreendedorismo;

6. *Enfatiza também* que a democracia, o respeito pelos direitos humanos e às liberdades fundamentais, juntamente com o direito ao desenvolvimento, a governança e administração transparentes e responsáveis, de todos os setores da sociedade, e a efetiva participação da sociedade civil, das organizações não governamentais e do setor privado, estão entre os fundamentos indispensáveis para a realização do desenvolvimento sustentável social e centrado nas pessoas;

7. *Enfatiza ainda* que os crescentes níveis de pobreza e exclusão social enfrentados pela maioria dos países africanos requerem mudanças significativas no desenvolvimento da política social e políticas sociais abrangentes, entre outras,

⁹ *Relatório da Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, Monterrey, México, 18-22 de março de 2002* (publicação das Nações Unidas n.º de venda E.02.II.A.7).

para redução da pobreza, promoção da atividade econômica, crescimento e desenvolvimento sustentável, garantia de geração de emprego e emprego digno para todos, aumento da inclusão social, estabilidade política, democracia, boa governança e promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais a fim de alcançar os objetivos econômicos e sociais da África;

8. *Reconhece* que o desenvolvimento social é responsabilidade primordial dos governos, mas que a cooperação e a assistência internacionais são fundamentais para o pleno alcance desse objetivo;

9. *Reconhece ainda* que a contribuição feita pelos Estados-membros para a implementação da Nova Parceria no contexto da Cooperação Sul-Sul, favorece, nesse aspecto, a reunião da Cúpula de Pequim do Fórum de Cooperação China-África realizada nos dias 4 e 5 de novembro de 2006 e da Cúpula África-América do Sul realizada nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2006, e incentiva a comunidade internacional, inclusive as instituições financeiras internacionais, a apoiar os esforços dos países africanos, inclusive fazendo uso da cooperação triangular;

10. *Vê com satisfação* as várias iniciativas importantes dos parceiros para o desenvolvimento da África nos últimos anos, inclusive daqueles participantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a União Europeia e a Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano, o Fórum de Negócios África-Ásia, o Plano de Ação do Grupo dos Oito para a África, o relatório da Comissão para a África, denominado *Nosso Interesse Comum*, e o Africa Partnership Forum (APF), e nesse aspecto enfatiza a importância da coordenação dessas iniciativas sobre a África;

11. *Exorta* o apoio contínuo a medidas que abordam os desafios para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável na África, incluindo, conforme adequado, alívio da dívida, melhoria do acesso a mercados, apoio ao setor privado e empreendedorismo, aumento da assistência oficial ao desenvolvimento, aumento do investimento direto estrangeiro e transferência de tecnologia;

12. *Vê com satisfação* o avanço recente da assistência oficial ao desenvolvimento dado em garantia por muitos dos parceiros de desenvolvimento, inclusive os compromissos assumidos pelo Grupo dos Oito e pela União Europeia, os quais irão incrementar a assistência oficial ao desenvolvimento para a África em 25 bilhões de dólares por ano até 2010, e incentiva todos os parceiros de desenvolvimento a garantir a eficácia da ajuda durante toda a implementação da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda: Apropriação, Harmonização, Alinhamento, Resultados e Responsabilidade Mútua de 2005;¹⁰

13. *Reconhece* a necessidade que os governos nacionais e a comunidade internacional têm de enviar contínuos esforços para alavancar o fluxo de recursos novos e adicionais de financiamento para o desenvolvimento oriundo de todas as fontes, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, em apoio ao desenvolvimento dos países africanos;

14. *Vê com satisfação* os esforços empreendidos pelos parceiros de desenvolvimento para alinhar seus subsídios técnicos e financeiros à África, aproximando-os das prioridades da Nova Parceria, conforme refletido nas estratégias nacionais de redução da pobreza e similares, e incentiva os parceiros de desenvolvimento a ampliar seus esforços nesse sentido;

15. *Reconhece* as atividades das instituições de Bretton Woods e do Banco Africano de Desenvolvimento nos países africanos, convidando-as a continuar a devotar apoio para a implementação das prioridades e objetivos na Nova Parceria;

¹⁰ Disponível em <http://www1.worldbank.org/harmonization/PARIS/FINALPARISDECLARATION.pdf>

16. *Destaca* a crescente colaboração entre as entidades do sistema das Nações Unidas em apoio à Nova Parceria, e solicita ao secretário-geral promover maior coerência de trabalho no sistema das Nações Unidas em apoio à Nova Parceria, com base nos *clusters* acordados.

17. *Pede* ao sistema das Nações Unidas que continue a prover assistência à União Africana, à secretaria da Nova Parceria e aos países africanos, para o desenvolvimento de projetos e programas dentro do escopo das prioridades da Nova Parceria;

18. *Convida* o secretário-geral, como acompanhamento da reunião da Cúpula Mundial de 2005, que conclame as organizações e órgãos do sistema das Nações Unidas a prestarem assistência aos países africanos na implementação das iniciativas de impacto rápido com base em suas prioridades e estratégias nacionais de desenvolvimento para possibilitar-lhes o cumprimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e reconhece, nesse aspecto, os recentes compromissos assumidos por alguns dos países doadores;

19. *Pede* ao secretário-geral que continue a tomar medidas para fortalecer o Escritório do Conselheiro Especial para a África, e pede ao Escritório que colabore com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Secretaria das Nações Unidas incluindo as dimensões sociais da Nova Parceria em seus relatórios abrangentes à Assembleia Geral em sua 62ª sessão;

20. *Pede* à Comissão para o Desenvolvimento Social que discuta, em seu programa anual de trabalho, os programas regionais para promoção do desenvolvimento social a fim de possibilitar que todas as regiões do sistema das Nações Unidas compartilhem experiências e boas práticas, com a cooperação dos países em questão;

21. *Decide* que a Comissão para o Desenvolvimento Social deve continuar a dar destaque e a despertar a conscientização das dimensões sociais da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África e sua implementação durante sua 46ª sessão, e nesse aspecto, pede à Comissão que apresente recomendações sobre as medidas para esse fim durante a sessão de políticas de 2008.

C. Proposta de decisão para adoção do Conselho

3. A Comissão para o Desenvolvimento Social recomenda ao Conselho Econômico e Social a adoção da seguinte proposta de decisão:

Relatório da Comissão para o Desenvolvimento Social em sua 45ª sessão, e pauta provisória e documentação para a 46ª sessão

O Conselho Econômico e Social

- (a) Destaca o relatório da Comissão para o Desenvolvimento Social em sua 45ª sessão;¹¹
- (b) Aprova a pauta provisória e a documentação para a 46ª sessão da Comissão conforme estabelecido abaixo:

Pauta provisória e documentação para a 46ª sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social

1. Eleição de diretores.
2. Adoção da agenda e outros assuntos organizacionais.

¹¹ Registros Oficiais do Conselho Econômico e Social, 2007, Suplemento N.º 6 (E/2007/26).

3. Prosseguimento da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e da 24ª sessão especial da Assembleia Geral

(a) Tema de prioridade: Promoção do pleno emprego e trabalho digno para todos;

Documentação

Relatório do secretário-geral sobre a promoção do pleno emprego e trabalho digno para todos

(b) Análise dos principais planos e programas das Nações Unidas sobre ações relativas à situação de grupos sociais

(i) Programa de Ação Mundial relativo a pessoas com deficiência;

(ii) Programa Mundial de Ação para a Juventude até o ano 2000 e Além;

(iii) Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, 2002;

(iv) Questões sobre família, políticas e programas;

Documentação

Relatório do secretário-geral sobre a análise da implementação do Programa de Ação Mundial para a Juventude até o ano 2000 e Além

Relatório do secretário-geral sobre a primeira análise e avaliação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, 2002*

(c) Questões emergentes:

4. Pauta provisória para a 47ª sessão da Comissão

5. Adoção de relatório da Comissão sobre sua 46ª sessão

D. Decisão pedindo a ação do Conselho

4. Por meio da decisão a seguir, adotada pela Comissão, foi pedida ao Conselho Econômico e Social a nomeação de oito candidatos ao Conselho de Administração do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social:

Decisão 45/101

Nomeação de membros do Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social

A Comissão para o Desenvolvimento Social decide nomear, para confirmação do Conselho Econômico e Social, os candidatos a seguir, como membros do Conselho do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social:

(a) Yakin Erturk (Turquia), Elizabeth Jelin (Argentina) e Marina Pavlova-Silvanskaya (Federação Russa) para o mandato de 2 anos, com início em 1º de julho de 2007 e término em 30 de junho de 2009;

(b) Peter Brandt Evans (Estados Unidos da América), Rosalind Eyben (Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte), Pasuk Phongpaichit (Tailândia), Annika Sunden (Suécia) e Zenebeworke Tadesse (Etiópia) com mandatos com início na data da confirmação pelo Conselho e término em 30 de junho de 2011.

E. Resoluções e decisão levadas à atenção do Conselho

5. As resoluções e decisão a seguir, adotadas pela Comissão, foram levadas à atenção do Conselho Econômico e Social:

Resolução 45/1

Modalidades para a primeira análise e avaliação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, 2002^{*}

A Comissão para o Desenvolvimento Social

Lembrando que no Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, 2002,¹² adotado pela Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento realizada em Madri de 8 a 12 de abril de 2002, a análise sistemática de sua implementação pelos Estados-membros foi solicitada como essencial medida de sucesso da melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas,

Lembrando também que o Conselho Econômico e Social, em sua resolução 2003/14 de 21 de julho de 2003 convidou os governos, o sistema das Nações Unidas e a sociedade civil para participar de uma abordagem de baixo para cima na análise e avaliação do Plano de Ação de Madri,

Considerando que em sua resolução 42/1 a Comissão decidiu realizar a análise e avaliação do Plano de Ação de Madri a cada cinco anos,

Atenta de que em sua resolução 44/1 endossou o calendário para o primeiro ciclo da análise e avaliação e o tema global para a primeira análise e avaliação da implementação do Plano de Ação de Madri, "Abordagem aos desafios e oportunidades do envelhecimento" e decidiu iniciar o primeiro ciclo de análise e avaliação do Plano de Ação de Madri em 2007, em sua 45ª sessão, com conclusão em 2008, em sua 46ª sessão,

Mencionando o relatório do secretário-geral sobre os principais desenvolvimentos na área de envelhecimento desde a Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento,¹³

1. *Convida* os governos que ainda não se mobilizaram a designar pontos de foco para a coordenação da primeira análise e avaliação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento (Madrid), 2002;¹²

2. *Conclama* os governos a promover uma abordagem participativa de baixo para cima em todo o processo de implementação do Plano de Ação de Madri;

3. *Incentiva* os Estados-membros a tanto incluir políticas específicas de envelhecimento quanto integrar esforços sobre o envelhecimento em seus relatórios de análise e avaliação do Plano de Ação de Madri e em suas estratégias internas, tendo em mente a importância de integrar envelhecimento e gênero nas agendas globais;

* Para discussão, veja capítulo II, parágrafos 35-37.

¹² *Relatório da Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, Madri, 8-12 de abril de 2002* (publicação das Nações Unidas, Nº. de venda E.02.IV.4), capítulo I, resolução 1, anexo II.

¹³ E/CN.5/2007/7 e Correção1.

4. *Convida* os governos a realizar seus exercícios de análise e avaliação internas das áreas específicas identificadas durante 2007, valendo-se de abordagem participativa, de baixo para cima;

5. *Convida também* os governos a que levem em consideração as questões políticas escolhidas destacadas no relatório do secretário-geral¹³ durante seus exercícios de análise e avaliação;

6. *Convida* todos os países a cooperar na condução dos exercícios de análise e avaliação em suas regiões, inclusive com a organização de reuniões regionais; *vê com satisfação* as iniciativas dos governos que se dispuseram a sediar as reuniões regionais de análise e avaliação em 2007, e incentiva os países dessas regiões que ainda não confirmaram a participação nos exercícios regionais de análise e avaliação a que o façam e que também os organizem em suas regiões;

7. *Convida* os governos interessados em oferecer apoio e assistência, inclusive contribuições financeiras voluntárias, para subsidiar as atividades e eventos nacionais e regionais do primeiro ciclo de exercícios de análise e avaliação;

8. *Convida* todas as principais partes interessadas, inclusive a sociedade civil, a participar do processo de análise e avaliação e a contribuir com suas várias atividades e eventos;

9. *Destaca com louvor* a publicação das "Diretrizes para análise e avaliação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento: abordagem participativa de baixo para cima"¹⁴, e espera, com ansiedade, sua disponibilização em todos os idiomas oficiais das Nações Unidas;

10. *Pede* ao Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Secretaria, como ponto de foco das Nações Unidas sobre o envelhecimento, que continue a contribuir e que reforce sua colaboração aos pontos focais sobre o envelhecimento no âmbito das comissões regionais, na condução do primeiro ciclo de análise e avaliação do Plano de Ação de Madri, incluindo a identificação de prioridades globais e regionais para favorecimento de sua implementação;

11. *Pede* à Secretaria que trabalhe com as organizações, agências e órgãos do sistema das Nações Unidas e outras partes interessadas, na coordenação de esforços para identificar eventual assistência aos governos, mediante solicitação desses, em suas participações no processo de análise e avaliação da implementação do Plano de Ação de Madri;

12. *Pede* a todas as comissões regionais que encaminhem suas apurações da primeira análise e avaliação, juntamente com as prioridades identificadas como ações futuras relativas à implementação do Plano de Ação de Madri, à Comissão para o Desenvolvimento Social em sua 45ª sessão em 2008;

13. *Reitera* a importância do monitoramento independente e imparcial do avanço nacional da implementação do Plano de Ação de Madri, e convida os governos, instituições autônomas, universidades e organizações da sociedade civil para que conduzam outros estudos, compartilhem suas apurações durante o exercício de análise e avaliação e formulem recomendações para ações políticas futuras;

14. *Convida* os governos e outras importantes partes interessadas a organizar, durante sua 46ª sessão, eventos paralelos e satélites, inclusive painéis de discussão, seminários e mesas redondas, a explorar as apurações oriundas do exercício de análise e avaliação e promover prioridades futuras para a implementação do Plano de Ação de Madri;

¹⁴ Disponível em http://www.un.org/esa/socdev/ageing/MIPAA/GuidelinesAgeingfinal139_20Dec2006.pdf.

15. *Pede* ao secretário-geral que apresente a esta Comissão, em sua 46ª sessão, em 2008, um relatório que inclua análises das conclusões preliminares do primeiro exercício de análise e avaliação, juntamente com a identificação de questões prevalentes e emergentes e relativas opções de política.

Resolução 45/2

Juventude*

A Comissão para o Desenvolvimento Social,

Evocando a resolução 50/81 da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1995, pela qual foi adotado o Programa de Ação Mundial para a Juventude até o ano 2000 e Além, e a resolução 60/2 da Assembleia de 6 de outubro de 2005, pela qual a Assembleia decidiu incluir cinco áreas¹⁵ adicionais de prioridade para a implementação do Programa de Ação Mundial,

Evocando também a declaração ministerial do segmento de alto nível da sessão substantiva de 2006 do Conselho Econômico e Social, submetida pelo Presidente do Conselho com base em consultas informais,¹⁶

Reconhecendo que a implementação do Programa de Ação Mundial e o atendimento aos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, notadamente aqueles contidos na Declaração do Milênio das Nações Unidas, requerem a plena e efetiva participação da população jovem e das organizações de juventude, além de outras organizações da sociedade civil, em todos os seus níveis – local, regional, nacional e internacional,

1. *Reconhece* que os jovens são parte ativa na sociedade e atores importantes no desenvolvimento social, e incentiva os Estados-membros, portanto, a envolver a população jovem e organizações de juventude em todos os aspectos do desenvolvimento juvenil, inclusive realizando consultas a organizações lideradas pela juventude, assim como, de forma contínua, incluindo representantes juvenis nas delegações nacionais participantes dos fóruns pertinentes das Nações Unidas;

2. *Agradece* a colaboração entre governos, Nações Unidas e suas agências e comissões regionais, e organizações não governamentais nacionais e regionais de juventude, no desempenho e monitoramento dos avanços para implementação do Programa de Ação Mundial para a Juventude até o ano 2000 e Além, exortando a todos a assim continuarem; nesse aspecto, a Comissão para o Desenvolvimento Social deve continuar o diálogo relativo a políticas sobre a juventude com a finalidade de coordenar políticas e monitorar periodicamente as questões e tendências;

3. *Reconhece* a importância do “Relatório Mundial para a Juventude”, elaborado pela Secretaria, no que concerne o fornecimento de diretrizes e padrões de abordagem das questões do desenvolvimento da juventude em todo o mundo, e conclama o secretário-geral a regularizar a produção desse relatório, com o apoio de contribuições voluntárias, na forma de um publicação de periodicidade bianual das Nações Unidas, a iniciar-se em 2009;

4. *Conclama* os governos, por meio de consultas às organizações de juventude, a desenvolver políticas juvenis holísticas e integradas, baseadas no Programa de Ação Mundial para a Juventude e nas cinco áreas adicionais de prioridade,¹⁶

*Para discussão veja capítulo II, parágrafos 38-40

¹⁵ Veja resolução 60/2 da Assembleia Geral, parágrafo 13.

¹⁶ Veja Registros Oficiais da Assembleia Geral, 6ª Sessão, Suplemento nº. 3 (A/61/3/Rev. 1), capítulo III, parágrafo 50

avaliando-as regularmente como parte da ação de acompanhamento e implementação do Programa de Ação e das cinco áreas adicionais de prioridade;

5. *Reitera* o pedido à Assembleia Geral sobre a promoção, por parte das organizações, programas e agências especializadas do sistema das Nações Unidas, para aperfeiçoar a articulação interagências dos programas e políticas sobre a juventude, visando melhorar a coordenação e aprimorar as sinergias entre as atividades importantes do sistema nesse aspecto;¹⁷

6. *Conclama* o secretário-geral, à luz do crescente interesse entre as agências e programas das Nações Unidas no desenvolvimento da juventude, a assumir um papel mais sistemático de consultas interagências sobre o desenvolvimento da juventude, em cooperação com governos e organizações não governamentais lideradas pela juventude, transformando essas discussões pontuais em discussões mais regulares;

7. *Convida* as comissões regionais, as agências relevantes, e os fundos e programas do sistema das Nações Unidas, além de outros fóruns intergovernamentais importantes, para que assegurem a efetiva implementação de todas as dez áreas de prioridade do Programa de Ação Mundial para a Juventude e das cinco áreas adicionais de prioridade e que continuem a ativamente monitorá-las e acompanhá-las;

8. *Convida* todos os governos e organizações intergovernamentais e não governamentais a contribuir com o Fundo das Nações Unidas para a Juventude com a finalidade de acelerar a implementação do Programa de Ação Mundial para a Juventude nos países de poucos recursos, e pede ao secretário-geral que empreenda as ações adequadas que propiciem tais contribuições;

9. *Pede* ao secretário-geral que, em consulta a organizações, programas e agências especializadas do sistema das Nações Unidas, identifique metas e objetivos relacionados ao *cluster* “a juventude e a economia global”, submetendo um adendo ao relatório do secretário-geral sobre o acompanhamento ao Programa de Ação Mundial para a Juventude até o ano 2000 e Além¹⁸ à Assembleia Geral em sua 62ª sessão;

10. *Destaca* o relatório acima mencionado do secretário-geral sobre o acompanhamento do Programa de Ação Mundial para a Juventude, e pede à Comissão de Estatística, em consulta à Comissão para o Desenvolvimento Social, para desenvolver e propor um conjunto abrangente de indicadores relacionados à juventude, informando sobre seu avanço à Comissão para o Desenvolvimento Social por ocasião de sua 47ª sessão.

Decisão 45/102

Documentos analisados pela Comissão para o Desenvolvimento Social em sua 45ª sessão

A Comissão para o Desenvolvimento Social destaca os seguintes documentos que estiveram sob sua análise em sua 45ª sessão:

- (a) Relatório do secretário-geral sobre a promoção do pleno emprego e trabalho digno para todos;¹⁹

¹⁷ Resolução 60/2 da Assembleia Geral, parágrafo 6.

¹⁸ A/62/61-E/2007/7.

¹⁹ E/CN.5/2007/2.

(b) Observações da Secretaria sobre o emprego juvenil: impactos, desafios e oportunidades para o desenvolvimento social;²⁰

(c) Observações do secretário-geral na transmissão do relatório do relator especial sobre deficiência da Comissão para o Desenvolvimento Social sobre o monitoramento da implementação das normas-padrão para a equalização de oportunidades para pessoas com deficiência;

(d) Observações do secretário-geral na transmissão do relatório do Conselho do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social.²²

²⁰ E/CN.5/2007/3.

²¹ E/CN.5/2007/4.

²² E/CN.5/2007/6.

Capítulo II

Acompanhamento da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e da 24ª sessão especial da Assembleia Geral

1. A Comissão analisou o item 3 da pauta de suas reuniões, da 2ª até a 11ª e 13ª e 14ª reuniões, realizadas de 7 a 9, e nos dias 12, 13, 15 e 16 de fevereiro de 2007. Os seguintes documentos estavam sob análise: A/62/61-E/2007/7, E/CN.5/2007/2, E/CN.5/2007/3, E/CN.5/2007/4, E/CN.5/2007/7 e Correção¹ e E/CN.5/2007/NGO/1-16.
2. Na 2ª reunião, realizada em 7 de fevereiro, o subsecretário-geral para Assuntos Econômicos e Sociais dirigiu-se à Comissão, secundado pelo diretor da Divisão para Desenvolvimento e Políticas Sociais, que fez uma abordagem geral de introdução ao item 3.
3. Na mesma reunião foi feito um comunicado pelo representante da comunidade de organizações não governamentais sobre o resultado do Fórum da Sociedade Civil.
4. Ainda na mesma reunião, o orador Les Kettledas (África do Sul) dirigiu-se à comissão em seu discurso de abertura, após o qual foram ouvidos os comentários dos representantes das delegações da Alemanha (em nome da União Europeia) e da República Dominicana.

Ação empreendida pela Comissão relativa ao item 3 da pauta como um todo, referente ao tópico Dimensões Sociais da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

5. Em sua 13ª reunião, de 15 de fevereiro, o representante do Paquistão (em nome dos Estados-membros das Nações Unidas, membros do Grupo dos 77 e a China), apresentou uma proposta de resolução sob o título “Dimensões Sociais da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África” (E/CN.5/2007/L.3).
6. Na 14ª reunião, de 16 de fevereiro, a Comissão foi informada de que a proposta de resolução não apresentava implicações orçamentárias.
7. Na mesma reunião, o representante do Paquistão, em nome dos Estados-membros das Nações Unidas, membros do Grupo dos 77 e a China, oralmente introduziu revisões à proposta de resolução e anunciou que a Bélgica¹ havia se juntado à ação de patrocínio à proposta de resolução. Subsequentemente, Albânia,¹ Andorra,¹ Áustria,¹ Bulgária,¹ Chipre,¹ República Tcheca, Estônia,¹ Alemanha, Grécia,¹ Irlanda,¹ Malta, Moldávia, Países Baixos, Portugal,¹ Romênia, Eslovênia,¹ Espanha, Suécia¹ e Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte¹ se juntaram à ação de patrocínio à proposta de resolução.
8. Ainda na mesma reunião, a Comissão adotou a proposta de resolução E/CN.5/2007/L.3 conforme oralmente revisada (veja capítulo I, seção B).

A. Tema de prioridade: promoção do pleno emprego e trabalho digno para todos

9. A Comissão discutiu o item 3(a) da pauta de forma geral em suas 4ª, 5ª, 7ª e 8ª reuniões, nos dias 8, 9 e 12 de fevereiro.
 10. Em sua 4ª reunião, de 8 de fevereiro, foram ouvidos os pronunciamentos dos representantes do Paquistão (em nome dos Estados-membros das Nações Unidas que são membros do Grupo dos 77 e a China), da Alemanha (em nome da União Europeia e países relacionados), e ainda pronunciamentos da Turquia, Federação Russa, Japão, Argentina, Finlândia, China, Estados Unidos da América, Indonésia e República Unida da Tanzânia.
-

11. Na mesma reunião, foram também ouvidos pronunciamentos dos observadores do Cazaquistão, Egito, México, Cuba, Belarus, Jordânia, Marrocos e da Santa Sé.

12. Em sua 5ª reunião, de 8 de fevereiro, foram ouvidos pronunciamentos dos representantes do Peru e dos Países Baixos, e do observador do Níger.

13. Na mesma reunião, fizeram pronunciamentos os representantes da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

¹ De acordo com a regra 69 das Normas de Procedimento das comissões funcionais do Conselho Econômico e Social.

14. Ainda na mesma reunião foram ouvidos pronunciamentos dos seguintes observadores de organizações não governamentais reconhecidas como entidades consultivas pelo Conselho Econômico e Social: Movimento Internacional ATD (Ação de Todos pela Dignidade) Quarto Mundo, New Humanity e Conselho Internacional do Bem-Estar Social.

15. Em sua 7ª reunião, de 9 de fevereiro, foram ouvidos pronunciamentos dos representantes da República Africana Central, República Islâmica do Irã, Zâmbia, Tunísia, Mônaco, Itália, Índia, República Bolivariana da Venezuela, Chile, República da Coreia e Bangladesh.

16. Na mesma reunião, foram também ouvidos pronunciamentos dos observadores da Jamaica, Suíça, República Árabe da Síria, Malawi, Israel, Sudão, Noruega, Argélia, Colômbia e Iêmen.

17. Em sua 8ª reunião, de 12 de fevereiro, foram ouvidos pronunciamentos do representante da Moldávia, e observadores do Iraque e da Costa Rica.

18. Na mesma reunião, o pronunciamento do representante da Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO) também foi ouvido.

19. Ainda na mesma reunião, foram ouvidos os pronunciamentos dos observadores da União Interparlamentar e da Ordem Soberana e Militar de Malta.

20. Ainda na mesma reunião foram ouvidos pronunciamentos dos observadores das seguintes organizações não governamentais reconhecidas como entidades consultivas pelo Conselho Econômico e Social: Câmara Internacional de Comércio, Organização Internacional de Empregadores e Triglav Circle.

Painel de discussões sobre o tema prioritário

21. Em sua 3ª reunião, de 7 de fevereiro, a Comissão realizou um painel de discussão intitulado “Política macroeconômica para o pleno emprego e trabalho digno”, moderado pelo subsecretário-geral do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. As apresentações foram feitas pela Sra. Marion Williams, presidente do Banco Central de Barbados; Sr. Mustapha Nabli, economista-chefe e diretor de desenvolvimento econômico e social do Banco Mundial; e Sr. Jean-Paul Tricart, chefe da Unidade de Assuntos Internacionais da Comissão Europeia, Diretório Geral de “Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão”, também participou do diálogo interativo com os representantes da Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia, Alemanha (em nome da União Europeia), República Dominicana, Japão, Jamaica, Líbano, Cuba, Índia, Reino Unido, Jordânia e Estados Unidos da América.

22. Em sua 5ª reunião, de 8 de fevereiro, a Comissão realizou um painel de discussão intitulado “Mobilidade laboral, juventude e famílias” moderado pelo secretário-geral adjunto para Assuntos Econômicos e Sociais. As apresentações foram feitas pela Sra. Ndidi Nwuneli, fundadora e diretora executiva da organização não governamental africana “LEAP”; Sr. Baharat Wakhlu, presidente da Tata Incorporated, dos Estados Unidos; e Sr. Magatte Wade, membro fundador e presidente do conselho da L'Agence d'Execution des Travaux d'Interet Public (AGETIP), presidente da Amigos da África e membro da Rede de Alto Nível de Políticas de Promoção do Emprego Juvenil, que também participou do diálogo interativo com representantes do Japão, República Dominicana, Alemanha (em nome da União Europeia), Jamaica, Tunísia, Senegal, Paquistão, Estados Unidos e República Árabe da Síria.

23. Foram feitas intervenções pelo representante do Programa de Assentamentos Humanos (UN-Habitat) das Nações Unidas.

24. Em sua 6ª reunião, de 9 de fevereiro, a Comissão realizou um painel de discussão intitulado “Boas práticas para a promoção do pleno emprego e trabalho digno para todos”, moderado pelo diretor executivo do Setor de Empregos da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As apresentações foram feitas pelo bispo Zephania Kameeta da Igreja Evangélica Luterana da República da Namíbia; Santosh Mehrotra, conselheiro da Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Rural da Índia; Sonia Roch pesquisadora sênior do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS); e Sylvia Beales, gerente de Desenvolvimento de Políticas da HelpAge International (HAI), também participante do diálogo interativo com representantes da Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia, Alemanha (em nome da União Europeia), Japão, Finlândia, Argentina, Jamaica, Estados Unidos, Paquistão, República Bolivariana da Venezuela, Zâmbia e Cuba. O observador da SustainUS (em nome da Rede de Cidadãos para o Desenvolvimento Sustentável)² também entrevistou.

² Organização não governamental reconhecida como entidade consultiva pelo Conselho Econômico e Social.

25. De acordo com a Resolução 2006/18 de 26 de julho de 2006 do Conselho, o resumo da análise do tema prioritário pelo presidente, no subitem 3(a), encontra-se no Anexo I deste relatório.

Ação empreendida pela Comissão sobre o item 3(a) da pauta

Documentos analisados apenas ao subitem

26. Em sua 14ª reunião, de 16 de fevereiro, sobre a proposta do presidente, a Comissão decidiu dar destaque ao relatório do secretário-geral sobre a promoção do pleno emprego e trabalho digno para todos³ (veja capítulo I, seção E, decisão 45/102).

B. Análise dos principais planos e programas de ação das Nações Unidas sobre a situação de grupos sociais

27. Em sua 8ª reunião, de 12 de fevereiro, a Comissão realizou um painel de discussão sobre “Envelhecimento”, moderado pelo diretor da Divisão para Desenvolvimento e Políticas Sociais. As apresentações foram feitas por Sheilabai Bappoo, Ministra da Seguridade Social, Instituições de Solidariedade Nacional e Bem-estar e Reforma dos Cidadãos Seniores das Ilhas Maurício; Mary Ann Tsao, presidente e diretora executiva da Fundação Tsao; Martha B. Pelaez, Ph.D., especialista internacional na área de envelhecimento e saúde; e Frederick F. Fench, diretor do Instituto Internacional sobre o Envelhecimento, em Malta, também participante do diálogo interativo com representantes da Alemanha (em nome da União Europeia), Japão, Jamaica, Bangladesh, Reino Unido e El Salvador. O representante da Comissão Econômica e Social para a África Ocidental também participou do diálogo.

28. O resumo do presidente sobre o painel de discussão encontra-se no Anexo II deste relatório.

29. Em sua 9ª reunião, de 12 de fevereiro, a Comissão ouviu a apresentação do painel sobre a próxima publicação do “Relatório Mundial para a Juventude 2007”, do secretário-geral, moderada pelo diretor da Divisão para Desenvolvimento e Políticas Sociais. As apresentações foram feitas por Jane Lowicki-Zucca, editora-chefe do “Relatório Mundial para a Juventude 2007”; David Gordon, chefe do Centro de Estudos sobre Pobreza e Justiça Social, Universidade de Bristol; Julio F. Carrion, professor-associado do departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade de Delaware; e Dabesaki Mac-Ikemenjima, diretor executivo, Parcerias Internacionais para o Desenvolvimento.

30. Ainda em sua 9a reunião, a Comissão iniciou discussão geral do subitem da pauta e ouviu os pronunciamentos dos representantes da Alemanha (em nome da União Europeia), da Espanha, Japão, China, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Chile, Indonésia, República da Coreia, Romênia e Mali, assim como dos observadores da Lituânia, Canadá, México e Malawi.

31. Em sua 10a reunião, de 13 de fevereiro, a Comissão ouviu os pronunciamentos dos representantes do Haiti, Mônaco, Bangladesh, Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia, Argentina, Paraguai, Zâmbia e Camarões, assim como dos observadores de Cuba, Brasil, Catar, Camarões e Reino Unido.

32. Na mesma reunião, os representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental e Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico também fizeram declarações.

33. Ainda na mesma reunião foram ouvidos pronunciamentos dos seguintes observadores de organizações não governamentais reconhecidas como entidades consultivas pelo Conselho Econômico e Social: HelpAge International; Pax Romana; Fórum Europeu da Juventude; Federação Internacional sobre o Envelhecimento; Associação Americana de Aposentados; e Cidadãos Unidos para a Reabilitação de Errantes.

³. E/CN.5/2007/2

34. Em sua 11a reunião, de 13 de fevereiro, o relator especial sobre deficiência, da Comissão, fez relato, de acordo com a Resolução 2005/9 de 21 de julho de 2005 do Conselho Econômico e Social, sobre o monitoramento da implementação das normas-padrão para a equalização de oportunidades para pessoas com deficiência. O relator especial subsequentemente dialogou com os representantes das Filipinas e do Equador.

Ação empreendida pela Comissão sobre o item 3(b) da pauta

Modalidades para a primeira análise e avaliação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, 2002

35. Em sua 14a reunião, de 16 de fevereiro, o vice-presidente, Francis Lorenzo (República Dominicana) introduziu a proposta de resolução sob o título “Modalidades para a primeira análise e avaliação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, 2002” (E/CN.5/2007/L.4), submetida com base em consultas informais e revisou o texto oralmente.

36. Nessa mesma reunião, a Comissão foi informada de que a proposta de resolução não apresentava implicações orçamentárias.

37. Ainda na mesma reunião, a Comissão adotou a proposta de resolução 45/1 conforme oralmente revisada (veja capítulo I, seção E, resolução 45/1).

Juventude

38. Em sua 14a reunião, de 16 de fevereiro, o representante do Senegal, também em nome da Albânia,¹ Andorra,¹ Angola, Áustria,¹ Bélgica,¹ Bulgária,¹ Cabo Verde,¹ República Tcheca, Estônia,¹ Finlândia, Alemanha, Grécia,¹ Irlanda,¹ Quênia,¹ Libéria,¹ Malta, Mônaco, Países Baixos, Noruega,¹ Polônia,¹ Portugal,¹ Senegal, Eslováquia,¹ Eslovênia,¹ Espanha, Suécia,¹ Tailândia,¹ Ucrânia e Reino Unido,¹ introduziu e revisou oralmente uma proposta de resolução intitulada “Juventude” (E/CN.5/2007/L.5). Subsequentemente, Azerbaijão,¹ Camarões,¹ Congo,¹ Costa Rica,¹ Chipre,¹ República Dominicana, França, Indonésia, Itália, Jamaica,¹ Moldávia, Marrocos,¹ Panamá,¹ República da Coreia, Romênia, África do Sul, Ucrânia, República Unida da Tanzânia e Zâmbia juntaram-se ao patrocínio para a proposta de resolução.

39. Nessa mesma reunião, a Comissão foi informada de que a proposta de resolução não apresentava implicações orçamentárias.

40. Ainda na mesma reunião, a Comissão adotou a proposta de resolução conforme oralmente revisada (veja capítulo I, seção E, resolução 45/2).

Suplemento ao Programa de Ação Mundial para a Juventude

41. Em sua 14a reunião, de 16 de fevereiro, o presidente da Comissão introduziu a proposta de resolução intitulada “Suplemento ao Programa de Ação Mundial para a Juventude”, que foi distribuída como estudo informal.

42. Em seguida às declarações dos representantes de Cuba e do Paquistão e do representante da Alemanha (em nome da União Europeia), a vice-presidente Joyce Kafanabo (República Unida da Tanzânia), fez uma declaração e corrigiu oralmente a proposta de resolução.

43. Nessa mesma reunião, a Comissão foi informada de que a proposta de resolução não apresentava implicações orçamentárias.

44. Ainda nessa 14a reunião, a Comissão aprovou a proposta de resolução recomendando sua adoção à Assembleia Geral através do Conselho Econômico e Social.

45. Em seguida à adoção da proposta de resolução, foram ouvidos os pronunciamentos dos representantes dos Estados Unidos da América, República Bolivariana da Venezuela e República Árabe da Síria.

Ação empreendida pela Comissão sobre o item 3(b) da pauta

46. Em sua 14a reunião, de 16 de fevereiro, sobre a proposta do presidente, a Comissão decidiu destacar a nota do secretário-geral na transmissão do relatório do relator especial da Comissão sobre o monitoramento da implementação das normas-padrão para a equalização de oportunidades para pessoas com deficiência⁴ (veja capítulo I, seção E, decisão 45/102).

C. Questões emergentes: “Emprego juvenil: impactos, desafios e oportunidades para o desenvolvimento social”

47. A Comissão debateu o item 3(c) da pauta em sua 11a reunião, de 13 de fevereiro, na qual ouviu introdução feita pelo diretor da Divisão para Desenvolvimento e Políticas Sociais, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais.

48. Na mesma reunião, a Comissão debateu de forma geral o item 3(c) da pauta e ouviu os pronunciamentos dos representantes da Alemanha (em nome da União Europeia), Indonésia, Senegal, Países Baixos e Espanha, e do observador para o Reino Unido.

Ação empreendida pela Comissão sobre o item 3(c) da pauta

Documentos analisados apensos ao subitem

49. Em sua 14a Reunião, de 16 de fevereiro, a Comissão decidiu dar destaque, com base na proposta do presidente, da nota da Secretaria sobre o emprego juvenil: impactos, desafios e oportunidades de desenvolvimento social⁵ (veja capítulo I, seção E, decisão 45/102).

4 E/CN.5/2007/4.

5 E/CN.5/2007/3.

Capítulo III

Questões e outros assuntos do programa

1. Comissão analisou os subitens 4(a), (b) e (c) da pauta em sua 12ª reunião, de 14 de fevereiro de 2007.

A. Desempenho e implementação do programa para o biênio 2004-2005

B. Programa de trabalho proposto para o biênio 2008-2009

2. Em sua 12ª reunião, o diretor da Divisão para Desenvolvimento e Políticas Sociais do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, fez uma declaração introdutória com base nos subitens 4(a) e (b) e chamou a atenção da Comissão para dois estudos informais que haviam sido anteriormente distribuídos.

C. Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social

3. Ainda em sua 12ª reunião, o diretor do Instituto de Pesquisas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social apresentou o relatório do Instituto sobre o trabalho realizado durante os anos de 2005 e 2006.

Ação empreendida pela Comissão

Nomeação de diretores do Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social

4. Na mesma reunião, a Comissão decidiu nomear, para posterior ratificação do Conselho Econômico e Social, os oito candidatos a seguir denominados, para integrar o Conselho do Instituto: Peter Brandt Evans, Rosalind Eyben, Pasuk Phongpaichit, Annika Sundén, Zenebeworke Tadesse, Yakin Ertürk, Elizabeth Jelin e Marina Pavlova-Silvanskaya (veja capítulo I, seção D, decisão 45/101).

Documentos do subitem 3(b)

5. Em sua 14ª reunião, de 16 de fevereiro, a Comissão decidiu dar destaque, com base na proposta do presidente, à nota do secretário-geral que transmitiu o relatório do Conselho do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social¹ (veja capítulo I, seção E, decisão 45/102).

Capítulo IV

Pauta provisória para a 46ª sessão da Comissão

1. A Comissão analisou o item 5 da pauta em sua 14ª reunião, de 16 de fevereiro de 2007. A Comissão tinha em mãos a Pauta provisória e a documentação para a 46ª sessão da Comissão (E/CN.5/2007/L.2).

2. Na mesma reunião, a Comissão aprovou a Pauta provisória e a documentação para sua 46ª sessão (veja capítulo I, seção C).

Capítulo V

Adoção do relatório da Comissão sobre sua 45ª sessão

1. Em sua 14^a reunião, de 16 de fevereiro, Hedda Samson (Países Baixos), vice presidente e relatora, introduziu uma proposta de relatório da Comissão sobre sua 45^a sessão (E/CN.5/2007/L.1).

2. Na mesma reunião, a comissão adotou a proposta de relatório e confiou à relatora sua conclusão

¹ E/CN.5/2007/6

Capítulo VI

Organização da sessão

A. Abertura e duração da sessão

1. A Comissão para o Desenvolvimento Social realizou sua 45^a sessão na sede das Nações Unidas em 22 de março de 2006 e de 7 a 16 de fevereiro de 2007. A Comissão realizou 14 reuniões (1^a à 14^a).

B. Presença

2. A sessão contou com a presença de representantes de 44 Estados-membros da Comissão. Observadores de outros Estados-membros das Nações Unidas e Estados-não membros, representantes de organizações do sistema das Nações Unidas e observadores de organizações intergovernamentais e não governamentais e outras organizações também estiveram presentes (a lista de participantes encontra-se no documento E/CN.5/2007/INF/1 e Correção 1).

C. Eleição de diretores

3. Em sua decisão 2002/210, o Conselho Econômico e Social decidiu que imediatamente após o fechamento da sessão ordinária, a Comissão realizaria a primeira reunião subsequente à sua sessão ordinária com o fim específico de eleger o novo presidente e outros membros do Bureau. Em suas 1^a e 2^a reuniões, em 22 de março de 2006 e 7 de fevereiro de 2007, de acordo com essa decisão, a Comissão elegeu os seguintes diretores por aclamação:

Presidente:

Mehdi **Danesh-Yazdi** (República Islâmica do Irã)

Vice-presidentes:

Francis **Lorenzo** (República Dominicana)

Hedda **Samson** (Países Baixos)

Joyce **Kafanabo** (República Unida da Tanzânia)

Volodymyr **Pekarchuk** (Ucrânia).

4. Em sua 2^a reunião, de 7 de fevereiro, a Comissão designou a vice-presidente Hedda Samson como relatora da sessão.

D. Agenda e organização dos trabalhos

5. Ainda em sua 2^a reunião, a Comissão, por recomendação do Bureau, aprovou a pauta do subitem 3(c), Questões Emergentes: "Emprego juvenil: impactos, desafios e oportunidades de desenvolvimento social" e concordou com que o resumo do presidente sobre a discussão do subitem fosse incluído como um anexo ao relatório final da Comissão.

6. Na mesma reunião, a Comissão adotou a agenda provisória contida no documento E/CN.5/2007/1, da forma revisada oralmente. A agenda inclui o seguinte:

1. Eleição dos diretores

2. Adoção da agenda e outros assuntos organizacionais.

3. Acompanhamento da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e da 24^a sessão especial da Assembleia Geral:

- (a) Tema de prioridade: promoção do pleno emprego e trabalho digno para todos;
- (b) Análise dos principais planos e programas das Nações Unidas sobre ações relativas à situação de grupos sociais:
 - (i) Programa de Ação Mundial relativo a pessoas com deficiência;
 - (ii) Programa de Ação Mundial para a Juventude;
 - (iii) Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, 2002;
 - (iv) Questões sobre família, políticas e programas;
- (c) Questões emergentes: “Emprego juvenil: impactos, desafios e oportunidades para o desenvolvimento social”

4. Questões do programa e outros assuntos;

- (a) Desempenho e implementação do programa para o biênio 2004-2005;
- (b) Programa de trabalho proposto para o biênio 2008-2009;
- (c) Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social.

5. Pauta provisória para a 46^a sessão da Comissão.

6. Adoção do relatório da Comissão sobre sua 45^a sessão.

7. Ainda em sua 2^a reunião, subseqüentemente à declaração do secretário da Comissão, a Comissão aprovou a organização dos trabalhos conforme descrita no documento E/CN.5/2007/1, Anexo I, revisada oralmente.

8. Na mesma reunião, a Comissão concordou, de acordo com a Resolução 2006/18 do Conselho, com que o resumo do presidente sobre a análise da Comissão do tema prioritário fosse incluído como um anexo ao relatório final da Comissão.

E. Documentação

A lista dos documentos examinados pela Comissão em sua 45^a sessão integra o anexo IV deste relatório.

Anexo I

Resumo do presidente sobre as discussões do tema prioritário “Promoção do pleno emprego e trabalho digno para todos”

1. O mundo atual enfrenta déficit de trabalho digno, situação caracterizada por uma taxa cada vez mais alta de desemprego e subemprego, trabalhos de má qualidade e improdutivos, trabalho inseguro e renda insegura, falta de direitos e desigualdade de gênero. Nesse contexto, a globalização causou efeitos tanto positivos quanto negativos sobre as economias dos países, tendo ao mesmo tempo aberto oportunidades de desenvolvimento e contribuído para a desregulamentação e flexibilidade do mercado de trabalho, o que, em alguns casos, resultou no atual déficit de trabalho digno.
 2. A declaração ministerial adotada no segmento de alto nível da sessão substantiva do Conselho Econômico e Social em 2006 forneceu uma plataforma de ação concreta para a promoção do pleno emprego e trabalho digno. A Comissão deve contribuir para a implementação da declaração ministerial e deve garantir maior coerência de seu trabalho nesse aspecto. Nesse sentido, a importância do “trabalho digno” na agenda da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é de suma importância. É necessária uma coordenação de trabalho mais efetiva entre as agências e outras instituições das Nações Unidas no âmbito dos países, no contexto do atual processo de reforma das Nações Unidas.
 3. Emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todos são elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável em todos os países e devem, portanto, ser prioritários na cooperação internacional. Os desafios de alcançar o pleno emprego e trabalho digno requerem abordagem abrangente de âmbito nacional e internacional. Na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, o objetivo do emprego pleno e produtivo foi colocado à frente na agenda de desenvolvimento das Nações Unidas. Tornar o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos um objetivo central das políticas nacionais e internacionais é imperativo para se alcançar os objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, notadamente os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e em especial a meta de redução da pobreza.
 4. Faz-se essencial a criação de um ambiente favorável, baseado em um conjunto de políticas integradas e coerentes tanto nacionais quanto internacionais. Na busca desse objetivo, as políticas internacionais devem apoiar o crescimento, a redução da pobreza e a criação de trabalho digno para todos. Assim, as barreiras comerciais devem ser desmanteladas para assegurar que todos os países tenham igual acesso aos mercados. Além disso, democracia, boa governança e infraestrutura são fatores essenciais na criação de um ambiente favorável ao pleno emprego e trabalho digno para todos.
 5. O desemprego é a principal causa da pobreza, enquanto que pleno emprego e trabalho digno traçam o caminho para a redução da pobreza. Entretanto, o grande número de pobres no trabalho demonstra claramente que para muitas pessoas o trabalho em si não é suficiente para prover uma vida digna. Existe ainda um consenso que está surgindo de que o crescimento econômico sozinho não leva, conforme anteriormente suposto, à criação automática de postos de trabalho. Os sistemas de previdência social devem ser melhorados para auxiliar os necessitados, e tais esforços devem incluir a ampliação dos padrões de trabalho e programas sociais de proteção a trabalhadores da economia informal.
 6. Os principais desafios para a expansão do emprego incluem: baixos níveis de crescimento econômico; baixas taxas de investimento; mau planejamento; setor agrícola subdesenvolvido; altas taxas de crescimento da população; baixa base de tecnologia e habilidades; instituições públicas, associações de trabalhadores e sociedade civil fracas, e corrupção. Mudanças nas tecnologias da informação e comunicação, novas práticas de gestão e organização do trabalho, assim como a necessidade de equiparar conhecimento e habilidades, também representam desafios à criação de empregos.
-

7. As políticas nacionais de pleno emprego e trabalho digno devem ser analisadas de forma integrada, levando-se em conta fatores de oferta e demanda. A melhoria das habilidades deve ser acompanhada pela criação de trabalhos, com maior ênfase na capacitação profissionalizante e técnica. As políticas são necessárias para a promoção do crescimento, do investimento e para o desenvolvimento de pequenas empresas com a finalidade de expandir e melhorar as oportunidades de emprego. Investimentos e acesso a crédito, inclusive o microcrédito, são também fundamentais para o crescimento e criação de emprego. Outros componentes incluem: serviços de contratação; acesso à educação e capacitação profissionalizante de pessoas desempregadas e proteção social. Atenção prioritária deve ser dada ao setor agrícola e às áreas rurais, onde vive e trabalha a maioria das pessoas pobres. Políticas ativas de mercado de trabalho devem objetivar a facilitação de ajustes harmoniosos às mudanças trazidas pela liberalização do comércio e pela globalização.

8. Na sessão especial da Assembleia Geral realizada em Genebra em 2000, foi selado um compromisso para assegurar que as políticas macroeconômicas refletissem e integrassem plenamente, entre outros, os objetivos de crescimento do emprego e redução da pobreza. Naquela ocasião foi acordado que os países iriam reavaliar, conforme adequado, suas políticas macroeconômicas, com o objetivo de gerar mais empregos e reduzir os níveis de pobreza, em meio a seus esforços para manter baixa a taxa de inflação. Infelizmente, pouco progresso foi feito com relação a esses dois compromissos, e os desafios para alcançar o pleno emprego e trabalho digno permanecem hercúleos.

9. Os formuladores de políticas devem levar em conta não somente os objetivos financeiros e de estabilização das políticas macroeconômicas, mas também seu impacto social. Dado o impacto adverso dos últimos programas de estabilização sobre emprego e proteção social, existe agora uma crescente conscientização para buscar caminhos de reconciliação das forças de mercado com o imperativo social do emprego em termos de políticas públicas. A política macroeconômica é um instrumento importante para a geração de emprego e desenvolvimento, e deve ser devotado ao pleno emprego e à provisão de trabalho digno um papel mais proeminente dentro da política macroeconômica, ao invés de tratar esses objetivos como periféricos ou residuais. Embora muitos governos incluam os objetivos de pleno emprego e proteção social em suas políticas monetárias e fiscais, a esses são atribuídos graus variados de prioridade e importância em comparação a outros.

10. As políticas monetárias dos bancos centrais podem contribuir com a geração de empregos, principalmente por meio das taxas de câmbio, taxas de juros e políticas de crédito. Políticas monetárias sólidas podem fazer crescer a confiança na economia, promover poupanças privadas e investimentos e, dessa forma, contribuir com o crescimento econômico e a geração de empregos. Entretanto, com a crescente liberalização financeira, a intervenção direta dos bancos centrais para influenciar o crédito e as taxas de juros é considerada cada vez mais inadequada sob o ponto de vista das instituições financeiras internacionais. O principal desafio das políticas monetárias é a volatilidade dos fluxos de caixa, que acompanharam a liberalização financeira. Em alguns países, essa volatilidade causou crises financeiras, inclusive o aumento do desemprego e o crescimento do setor informal.

11. As políticas macroeconômicas, por tradição, consideram a estabilidade de preços fator essencial para o alcance de objetivo de estabilidade mais amplo na economia como um todo, inclusive para a realização do pleno emprego. Isto posto, a estabilidade de preços não ajudou, em muitos casos, a criar um ambiente de crescimento sustentável e níveis adequados de emprego. De fato, a inflação baixa e estável, presumidamente um sustentáculo do crescimento econômico a longo prazo, pode, em alguns casos, ter levado a um crescimento mais lento e ao aumento do desemprego. Embora a estabilização macroeconômica e os programas de ajustes estruturais ajudem a reduzir os déficits orçamentários e manter a inflação dentro de limites aceitáveis, tais medidas não conseguiram melhorar as taxas de crescimento de forma significativa. Em outros casos, a

redução da inflação através de políticas monetárias rígidas pode levar a uma valorização da taxa de câmbio real, reduzindo a competitividade na exportação, incentivando a penetração da importação e alterando a distribuição de recursos em favor de setores não comerciáveis, gerando impacto negativo no emprego e no crescimento, conforme demonstrado nas regiões do Oriente Médio e Norte da África.

12. Condições estruturais têm forte impacto sobre as perspectivas de geração de emprego na economia. Em alguns países e regiões, uma mudança estrutural pode ser necessária onde houver desconexão entre a economia real e o setor financeiro. Para que uma política monetária tenha impacto no desemprego e taxas de crescimento, o setor financeiro precisa ser melhorado para efetivamente intermediar o estímulo monetário e fiscal. Além disso, outras questões estruturais precisam ser abordadas, entre elas: equilibrar o domínio do setor público com o desenvolvimento do setor privado; sair da dependência dos recursos, partindo para economias mais diversificadas; abrir economias fechadas ou centradas em si mesmas; e afrouxar regimes cambiais rígidos.

13. A proteção social e o diálogo social podem gerar efeitos macroeconômicos positivos, contribuindo dessa forma com o aumento da produtividade: A proteção social pode gerar renda estável, o que suaviza o impacto das guinadas cíclicas da economia; e sistemas de apoio podem ajudar a manter a demanda e o crescimento econômico em níveis que contribuam com a geração de novas oportunidades de emprego. A proteção social pode também promover a mobilidade laboral ao gerar segurança de renda, ajudando a estabilizar a economia e facilitando as transições e ajustes do mercado de trabalho. Houve, entretanto, cortes na proteção social, resultantes dos esforços da estabilização macroeconômica.

14. A proteção social é ainda um pilar subutilizado da agenda de trabalho digno, e as transferências sociais deveriam se transformar em ferramentas essenciais de desenvolvimento com base na solidariedade. As transferências sociais dão suporte aos mais pobres e reduzem a desigualdade de renda e a pobreza. A implementação dessas transferências é indicação clara da vontade política de enfrentar a vulnerabilidade e apoiar os mais pobres. A proteção social tem impacto positivo na matrícula, frequência e desempenho escolar assim como no acesso à assistência à saúde e melhor nutrição, enquanto aposentadorias universais contribuem para a redução da pobreza entre os idosos.

15. Embora o investimento na proteção social possa ser muito pequeno em relação à variedade de resultados positivos que produz, ainda existe preocupação quanto à viabilidade financeira desses esquemas de proteção social. O fornecimento da previdência social, como abordagem baseada em direitos, deve ser expandido progressivamente para incluir os trabalhadores informais. Além disso, para muitos da população pobre ter algum trabalho, sem falar em trabalho digno, é questão de sobrevivência, uma vez que existem poucas redes seguras e, em alguns países, pouquíssimas possibilidades de se levar uma vida digna fora do setor formal.

16. O diálogo social, por meio das parcerias entre governo, setor privado, organizações do trabalho e sindicatos, pode contribuir com esforços coletivos vigorosos para o pleno emprego e trabalho digno. O diálogo social, por meio de acordos tripartites pode servir como força estabilizadora entre os parceiros sociais para mitigar o impacto inflacionário, favorecendo acordos trabalhistas em prol de salários mais realistas. Também ajuda a alcançar consenso sobre as reformas que objetivam a melhoria do mercado de trabalho e a preservação da proteção aos trabalhadores. Parcerias entre partes multisetoriais e esforços conjuntos de governos, cidadãos, sindicatos e empresas, devem ser incentivadas pelas agências doadoras e organizações intergovernamentais. Nesse aspecto, há necessidade de apoiar construção de capacidade em ministérios e instituições diretamente responsáveis pelo projeto e implementação de políticas sociais e laborais abrangentes.

17. Ênfase deve ser dada à importância do setor privado para o desenvolvimento de postos de trabalho produtivos e sustentáveis. Desenvolvimento de empresas, ambiente favorável a empresas de pequeno e médio porte, educação e capacitação, métodos intensivos de trabalho, políticas flexíveis de mercado de trabalho, liberdade aos empregadores para contratar e demitir, e mesmo tempo assegurar renda e segurança no emprego para os empregados (“flexigurança”) e políticas eficientes do mercado de trabalho para o gerenciamento da mudança também devem ser considerados. Novos incentivos para a criação de emprego por meio do investimento em setores produtivos, transferência de tecnologia, microfinanças e microcrédito, promoção do emprego nas áreas rurais e programas de obras públicas são também defendidos.

18. A criação de postos de trabalho é importante no enfrentamento aos desafios demográficos em muitos países, inclusive no tocante ao envelhecimento das populações e ao grande número de jovens alcançando a idade de trabalhar. Existe grande preocupação com a falta de oportunidades de emprego para os grupos sociais marginalizados como jovens, pessoas mais velhas e mulheres. Embora em muitos países mulheres tenham sido bem-sucedidas no trabalho, a discriminação de gênero ainda persiste.

19. A crescente longevidade é ao mesmo tempo vantagem e desafio para muitas sociedades. Pessoas mais velhas frequentemente precisam continuar a trabalhar devido à falta de recursos de aposentadoria. A disponibilidade de trabalho em regime de meio expediente para trabalhadores mais velhos é importante, assim como são importantes as proteções sociais como aposentadorias e assistência à saúde.

20. Como resultado das mudanças demográficas e das pressões da globalização, um número cada vez maior de pessoas está migrando dentro de seus próprios países e cruzando fronteiras para trabalhar. A mobilidade laboral é um fenômeno mundial importante e em crescimento, especialmente entre os jovens. Embora quase a metade de desempregados no mundo é de jovens, em muitos países eles enfrentam total falta de oportunidades. Nas últimas décadas o crescimento econômico não resultou na criação de novos postos de trabalho, um fato que tem afetado principalmente os jovens. A alta taxa de desemprego de jovens nos países em desenvolvimento, juntamente com o conflito e desejo de melhorar o meio de vida, estão entre as principais razões para as altas taxas de mobilidade entre os jovens, em especial aqueles com ensino superior completo.

21. A mobilidade laboral fornece vantagens e desvantagens tanto para os países receptores quanto para os provedores, e o movimento de pessoas pode ajudar a equilibrar as diferenças demográficas. A mobilidade laboral também gera remessas, o que é muito importante para as economias em muitos países em desenvolvimento, algumas vezes ultrapassando a assistência oficial ao desenvolvimento. Tais fluxos financeiros podem ajudar a reduzir a pobreza, e é comprovada sua contribuição ao desenvolvimento da infraestrutura. Além disso, os trabalhadores empregados no exterior adquirem e desenvolvem habilidades que podem ser usadas para estimular o crescimento econômico em seus países, e eles desenvolvem redes de trabalho úteis para troca de informações e empreendedorismo. A migração para trabalhar pode, no entanto, apresentar desvantagens significativas oriundas da separação forçada dos familiares por longo período de tempo. Os efeitos finais da migração sobre os países provedores e receptores, assim como sobre as famílias dos migrantes e os próprios migrantes, não foram ainda totalmente compreendidos.

22. Em um mundo onde mercadorias e grandes somas de dinheiro cruzam fronteiras livremente, as pessoas devem também poder se movimentar, e devem também poder fazê-lo de forma que garanta sua segurança física e financeira, assim como sua proteção. Regras justas e cumprimento às normas internacionais de trabalho precisam ser corroboradas por regras similares de movimentação de pessoas entre fronteiras. A cooperação entre países de origem e destino deve ser melhorada para assegurar

que os trabalhadores migrantes estejam protegidos, especialmente migrantes do sexo feminino. Apesar do receio de a migração poder tirar postos de trabalho, reduzir os salários e causar a separação dos familiares por longos períodos de tempo, a mobilidade laboral fez aumentar rendas e produtividade, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos. As remessas ajudam a aumentar o consumo doméstico e são frequentemente utilizadas para educação e assistência à saúde, contribuindo, dessa forma, para a redução da pobreza. Políticas coordenadas de imigração que possibilitem a reunião das famílias são importantes, e há também necessidade de parcerias e programas bilaterais para financiar o desenvolvimento da agricultura com a finalidade de desacelerar os fluxos migratórios.

23. Em muitos países em desenvolvimento, o setor público não consegue absorver trabalhadores altamente capacitados. As políticas de imigração dos países de destino normalmente favorecem a absorção de pessoas altamente habilitadas. Tais fatores contribuem com a saída (outmigration) de pessoas altamente habilitadas e capacitadas, conhecida como “evasão de cérebros”. Medidas para evitar e reverter a evasão de cérebros incluem um fundo comum de financiamento para atrair trabalhadores de volta a seus países de origem e pacotes de aumento de benefícios quando do retorno de cidadãos altamente capacitados.

24. Existem inúmeras boas práticas relacionadas com o pleno emprego e trabalho digno. No Brasil, por exemplo, o programa de ajuda financeira, o bolsa família, fornece pequenas quantias em dinheiro para 11 milhões de famílias de baixa renda, com o objetivo de reduzir a pobreza a longo prazo por meio do aumento de capital humano entre as famílias pobres. Em outro país, estratégias precoces tiveram efeitos limitados na contenção do desemprego e poucos benefícios foram trazidos para a população pobre. A recente proposta de concessão de renda básica para todos surgiu como um modelo de boa prática para aliviar a pobreza e empoderar a população pobre na melhoria de seu meio de vida. Nessa proposta, uma verba mensal em dinheiro seria concedida a cada cidadão até a idade de aposentadoria. Outro exemplo, descrito como um programa nacional de garantia de emprego rural, forneceria a um membro adulto de uma família rural 100 dias de emprego remunerado garantido por ano. Os principais objetivos do programa incluem o fornecimento de uma rede de proteção social para grupos vulneráveis e a melhoria da segurança da subsistência em áreas rurais, com a criação de emprego remunerado em trabalhos de desenvolvimento de infraestrutura.

25. Concluindo, todos os indivíduos, independentemente de idade, sexo, etnia, raça ou deficiência, têm direito a oportunidades iguais e trabalho digno. Trabalho digno e igualdade são importantes para o desenvolvimento econômico, sociedades inclusivas, segurança e estabilidade. Nesse aspecto, a importância dos quatro pilares da agenda de trabalho digno, emprego produtivo e de livre escolha, direitos no trabalho e normas trabalhistas básicas, proteção social e diálogo social, devem ser enfatizados. A agenda de trabalho digno deve objetivar o desempenho econômico equilibrado com justiça social, criando assim um ambiente favorável para lidar com a pobreza. Concluindo, deixar de abordar o desemprego e a falta de trabalho digno representa uma ameaça à humanidade, à estabilidade e à paz mundial.

Anexo II

Resumo do presidente sobre o painel de discussão da implementação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento: Destaques do progresso

1. Embora em alguns países as populações estejam envelhecendo bastante rapidamente e em outros o processo seja mais lento, todos os integrantes do painel concordaram que o envelhecimento demográfico representa um grande desafio, especialmente nos países em desenvolvimento. Entre as principais questões levantadas, estava a de possibilitar às pessoas mais velhas exercerem papel ativo no desenvolvimento, assegurando a saúde e o bem-estar dos indivíduos conforme envelhecem, e construindo ambientes mais apoiadores e propícios à população em envelhecimento.

2. Os integrantes do painel enfatizaram que os impactos do envelhecimento nas sociedades são generalizados, com implicações importantes, entre outras, para o crescimento econômico, sistemas de assistência à saúde, medidas de proteção social, mercado de trabalho, famílias e comunidades, e globalização. Portanto, devem ser reforçadas as ligações entre o Plano de Ação de Madri sobre o Envelhecimento, 2002 e os principais objetivos políticos internacionais, como estratégias para redução da pobreza, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a Agenda de Trabalho Digno e a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Tais ligações ajudarão também a introduzir o envelhecimento como prioridade no discurso político.

3. Vieram à tona três áreas fundamentais necessárias para o envelhecimento ativo. A primeira envolve a segurança financeira, tanto na forma de pensões sociais não contributivas quanto no esquema mais tradicional de proteção social contributiva, a fim de que pessoas mais velhas tenham uma renda regular para viver. Em vez de serem vistas como um custo, as pensões sociais devem ser vistas como um investimento importante para o desenvolvimento, um que paga dividendos a famílias, comunidades e à economia como um todo. A segunda trata da promoção da saúde, incluindo a ênfase no tratamento preventivo e o gerenciamento eficiente de doenças crônicas, capacitação adequada dos prestadores de serviços de saúde em medicina geriátrica, expansão de serviços de assistência domiciliar e apoio a cuidadores na família. O envelhecimento saudável não só melhora a qualidade da vida das pessoas, mas também é mais economicamente vantajoso, onerando menos os sistemas de saúde pública. A terceira área aborda questões de participação e empoderamento de pessoas mais velhas de modo que possam ter voz sobre políticas e programas que os afetam, em lugar de serem deixadas de lado e discriminadas. As organizações de pessoas mais velhas podem fornecer um ponto de entrada no engajamento no diálogo sobre políticas e também ajudar a garantir que recebam os benefícios e serviços aos quais têm direito.

4. De consenso geral foi que a implementação bem-sucedida do Plano de Ação de Madri, notadamente nos países em desenvolvimento, depende totalmente do desenvolvimento da capacidade nacional de aplicar as políticas sobre envelhecimento. Com esse intuito, os governos dos países desenvolvidos, a sociedade civil e as organizações internacionais podem auxiliar na promoção de treinamento e serviços de aconselhamento durante o processo de análise e avaliação.

Anexo III

Resumo do presidente sobre o painel de discussão do item 3(c) da pauta, "Emprego juvenil: impactos, desafios e oportunidades para o desenvolvimento social"

1. A nota da Secretaria, intitulada "Emprego juvenil: impactos, desafios e oportunidades de desenvolvimento social", destacou os principais elementos e forneceu os pontos de discussão. A nota enfatizou a centralidade do emprego juvenil para o desenvolvimento social através de sua contribuição à redução da pobreza, integração social, diálogo intergeracional, cidadania e solidariedade.

2. Foi reconhecido que o jovem representa a promessa e o potencial do futuro da sociedade, e que o emprego juvenil deve ser colocado no centro das políticas de desenvolvimento social. A urgência na abordagem ao emprego juvenil ficou clara tendo em vista o grande número de jovens atualmente fora da escola e desempregados. Sem oportunidades adequadas e apropriadas de emprego, o jovem está mais vulnerável à marginalização e exclusão social. Deixar de abordar adequadamente o desafio ao emprego juvenil pode acarretar grandes custos econômicos e não econômicos à sociedade.

3. Existem 218 milhões de crianças no mundo todo trabalhando em condições deploráveis e sem frequentar a escola. Crianças que não recebem educação escolar encontrarão, no futuro, oportunidades de emprego extremamente limitadas e é provável que sejam pegadas na armadilha do ciclo intergeracional de pobreza. A educação escolar deve ser considerada prioritária de forma que os jovens possam instruir-se e adquirir habilidades relevantes para o mercado de trabalho. Nesse aspecto, o treinamento profissionalizante é vital para criar um sistema de ensino forte e viável. Os sistemas de ensino devem responder às mudanças do mercado de trabalho, promovendo estratégias para fazer com que educação e a capacitação sejam acessíveis a todos os jovens, sem discriminação.

4. A criação de um ambiente de trabalho digno para o jovem requer abordagens diversas e diversificadas. Por exemplo, é fundamental fomentar a boa governança que busca erradicar a pobreza e promover a inclusão social. Ao mesmo tempo, dada a ligação entre o desemprego juvenil e o crescimento econômico vagaroso, é necessário garantir um crescimento econômico sólido que possibilite a criação de postos de trabalho digno para todos os jovens.

5. Vários países desenvolveram estratégias de emprego juvenil direcionadas ao provimento de treinamento, aprendizagem e trabalho para os jovens, com foco especial em minorias étnicas e jovens sem habilidades relevantes para o mercado de trabalho. Muitos países estão trabalhando para diminuir o número de desistências da escola e aumentar o número de jovens que completam o ensino médio, enquanto que outros promovem maior crescimento do emprego juvenil por meio do ensino profissionalizante.

6. A Rede de Trabalho Juvenil (YEN) apoia o diálogo e a parceria entre formuladores de políticas, setor privado, sociedade civil e organizadores jovens para abordar a questão do trabalho juvenil de forma efetiva. Como resultado, vários países lançaram ou estão desenvolvendo planos de ação de âmbito nacional para o emprego juvenil contando com a participação ativa e compromisso de todas as partes interessadas e parceiros, em particular os próprios jovens.

Anexo IV

Lista de documentos examinados pela Comissão em sua 45ª sessão

<i>Símbolo</i>	<i>Item da agenda</i>	<i>Título</i>
A/62/61-E/2007/7	3(b)	Relatório do secretário-geral sobre o acompanhamento do Programa de Ação Mundial para a Juventude até o ano 2000 e Além
E/CN.5/2007/1	2	Pauta provisória detalhada e organização de trabalho proposta
E/CN.5/2007/2	3	Relatório do secretário-geral sobre a promoção do pleno emprego e trabalho digno para todos
E/CN.5/2007/3	3(c)	Nota da Secretaria sobre o emprego juvenil: impactos, desafios e oportunidades para o desenvolvimento social
E/CN.5/2007/4	3(b)	Nota do secretário-geral na transmissão do relatório do relator especial sobre deficiência, da Comissão para o Desenvolvimento Social sobre o monitoramento da implementação das normas-padrão para a equalização de oportunidades para pessoas com deficiência
E/CN.5/2007/5	4(c)	Nota do secretário-geral sobre as nomeações de diretores do Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social
E/CN.5/2007/6	4(c)	Nota do secretário-geral na transmissão do relatório do Conselho do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social.
E/CN.5/2007/7 e Correção 1	3(b)	Relatório do secretário-geral sobre os principais desenvolvimentos na área de envelhecimento desde a Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento
E/CN.5/2007/L.1	6	Proposta de relatório da Comissão sobre sua 45ª sessão
E/CN.5/2007/L.2	5	Pauta provisória e documentação para a 46ª sessão da Comissão
E/CN.5/2007/L.3	3	Proposta de resolução sob o título "Dimensões sociais da nova parceria para o desenvolvimento da África"
E/CN.5/2007/L.4	3(b)(iii)	Proposta de resolução sob o título "Modalidades para a primeira análise e avaliação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, 2002"
E/CN.5/2007/L.5	3(b)(ii)	Proposta de resolução intitulada "Juventude"
E/CN.5/2007/CRP.	4(b)	Nota da Secretaria sobre a Proposta de programa de trabalho da Divisão de Política Social e Desenvolvimento das Nações Unidas para o biênio 2008-2009 (somente em inglês)
E/CN.5/2007/NGO.1 e 3-16	3(a)	Declaração submetida por organização não governamental reconhecida como entidade consultiva pelo Conselho Econômico e Social
E/CN.5/2007/NGO.2	3(b)	Declaração submetida por organização não governamental reconhecida como entidade consultiva pelo Conselho Econômico e Social